

Populares acham cadáveres numa mata em Nampula

Sete corpos não identificados, dos quais de duas mulheres, foram encontrados numa mata por populares, na manhã da última sexta-feira (19), no distrito de Murrupula, província de Nampula.

Texto: Redacção

Os cadáveres foram achados na localidade de Muarapaz, no posto administrativo de Chinga, e imediatamente enterrados na mesma cova, no sábado (20).

Fonte do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM) confirmou o facto ao @Verdade, mas não avançou pormenores. Remeteu-nos ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), do qual não obtivemos reacção.

As vítimas, cuja proveniência e causas da morte são desconhecidas, não apresentavam sinais de maus-tratos.

Jovem detido por ferir irmã de quatro anos à facada na Beira

Um jovem está a contos com a Polícia da República de Moçambique (PRM), desde o último fim-de-semana, na Beira, província de Sofala, acusado de desferir duros golpes à sua irmã de apenas quatro anos de idade, por motivos considerados fúteis.

Texto: Redacção

Segundo os familiares, Lucas Frederico, de 26 anos de idade, é usuário recorrente de drogas, principalmente de cannabis sativa, vulgo soruma. De há tempo a esta parte, ele tem colocado os parentes com os nervos à flor da pele.

Ainda de cordo com a família, no último sábado (20), Lucas recorreu a uma faca de cozinha para agredir a miúda, supostamente porque o provocava e tinha melhores cuidados e atenção.

O jovem assumiu que violentou a irmã, mas negou que tenha sido com recurso a uma faca. Fê-lo por meio de uma tesoura e alegou que foi a única forma que encontrou para também reivindicar melhor tratamento.

"Eles [a família] serviam-me comida suja, com urina e saliva. Eu vivo na garagem e a minha irmã [vítima] vinha sempre bater à porta com uma pedra a mando das minhas irmãs", disse o indiciado, também acusado de ter atendado contra vida do próprio pai.

O @Verdade apurou também que, há dias, o acusado submeteu outro irmão a maus-tratos por razões que não apurámos. Os parentes queixam de actos recorrentes de violência praticados pelo jovem.

"Bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros" Governador do Banco de Moçambique explica as contas reprovadas pela KPMG



"Bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros, é muito importante isso, comparado a bancos comerciais. Lucros ou mesmo perdas não são objectivos nem primários nem secundários do banco central" esclareceu Rogério Zandamela, confrontado nesta segunda-feira (22) com a reprovação das demonstrações financeiras do Banco de Moçambique (BM) pelo consultora KPMG. O Governador enfatizou "salvamos o sistema, o Moza está bem, o sistema bancário está hoje mais sólido do que nunca".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco de Moçambique

continua Pag. 02 →

BCI, Millennium Bim, UBA e Único voltam a ser sancionados por branqueamento de capitais em Moçambique

Poucos dias após a Procuradora-Geral da República ter vindo denunciar que instituições financeiras não têm comunicado "transacções suspeitas" dos seus clientes o Banco de Moçambique tornou públicas as recentes sanções que impôs novamente ao Millennium Bim, UBA e Único aos quais se junta desta vez o BNI por violações à lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Texto: Adérito Caldeira

O Banco Comercial e de Investimentos (BCI), que em Abril passado já havia sido sancionado pelo banco central com multas de 24,2 milhões de meticaís volta a ser multado, desta vez em 20.150.000 meticaís por não ter comunicado imediatamente transacções suspeitas no exercício económicos de 2013 a 2017.

Também o Millennium Bim, que havia sido multado em 24 milhões de meticaís, volta a ser penalizado com uma multa de 400 mil meticaís devido a prestação de informações incompletas sobre os seus clientes este ano.

Por seu turno o Banco Único foi penalizado com multa de 36,8 milhões de meticaís pela "falta de controlo especial de certas transacções, não comunicação imediata das transacções suspeitas e

não constituição do perfil de risco do cliente" durante os exercício económico de 2016 a 2017. No início do ano a mesma instituição foi sancionada por crimes idênticos em 32,8 milhões de meticaís.

O United Bank for Africa (UBA) voltou a infringir a Lei nº. 14/2013, de 12 de Agosto, especificamente não controlando certas transacções e não reportando transacções suspeitas durante 2017, e foi sancionado em 18 milhões de meticaís. Em Abril por crime similares o UBA foi multado em 12 milhões de meticaís.

Juntam-se a estas instituições financeiras recorrentes o Banco Nacional de Investimento que devido a não comunicação imediata das transacções suspeitas nos exercício económico de 2015 a 2016 foi multado em 16 mi-

lhões de meticaís.

Estas sanções acontecem menos de uma semana após a Procuradora-Geral da República, ter afirmado que: "A falta de comunicação de transacções suspeitas por parte das instituições financeiras, por exemplo, inviabiliza a recuperação de activos, uma vez que os valores são retirados para outros destinos".

"Estamos a trabalhar com o Banco de Moçambique, enquanto regulador, no sentido de garantir que todas as instituições bancárias procedam em conformidade com a lei, pois a violação destas normas pode configurar obstrução à justiça e, como tal, as entidades intervenientes devem ser responsabilizadas", declarou ainda Beatriz Buchilli durante a abertura da VI Reunião Nacional do Gabinete Central de Combate à Corrupção.



Diga-nos quem é o
XICONHOÇA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - "Bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros"
Governador do Banco de Moçambique explica as contas reprovadas pela KPMG

O Auditor das demonstrações financeiras do banco central concluiu que as mesmas "não apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada e separada do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2017".

"A nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas e separadas indica que o Grupo e o Banco contabilizaram as diferenças de câmbio não realizadas resultantes da conversão dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e o ouro para cumprir com o Artigo 14 da Lei nº: 1/92 de 03 de Janeiro Lei Orgânica do Banco de Moçambique. De acordo com a NIC 21: Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio, todas as conversões dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira devem ser reconhe-



de perguntar mais ao auditor sobre os detalhes que queriam conhecer. A coisa mais importante para nós é que o auditor fez o seu trabalho, profissional, que nós

tabilidade está definida na Lei Orgânica do banco, não há espaço para um Governador, seja quem for, chegar ao banco e dizer eu não gosto disto e mudem, apresenta as contas desta maneira porque eu quero este resultado, isso não existe, nunca existiu. As Normais de Contabilidade que nós aplicamos em 2017 foram as mesma aplicadas em 2016, 2015, e estamos a fazer a mesma coisa em 2018 que é o que manda a nossa Lei Orgânica".

"Bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros"

De acordo com o Governador as contas do BM "estão em linha com as boas práticas internacionais" e de uma forma pedagógica, afinal é primeira vez que jornalistas e o povo olham com atenção para as demonstrações financeiras do banco central, Rogério Zandamela esclareceu: "temos hoje no mundo o que se chama, em inglês, best practice comparado ao que se chama good practice, boas práticas e melhores práticas. Se usássemos as melhores práticas como definidas a apresentação teria esta situação, é o que estão a dizer. Mas não estão a dizer que nós estamos em violação das nossas próprias Normas internas como sempre apresentamos a nossa contabilidade, não houve mudanças".

Zandamela disse que o Banco de Moçambique não segue as best practice de Contabilidade "porque não está previsto na nossa Lei Orgânica".

"As famosas best practice em si elas são problemáticas, são altamente problemáticas que a maioria dos bancos centrais do mundo não aplicam na íntegra, incluindo em alguns dos itens levantados pelo Auditor no nosso relatório", ressaltou o Governador.

No entanto Rogério Zandamela quis deixar claro que embora a instituição que dirige não esteja em linha com

best practice "não estamos fora dos padrões internacionais nessa matéria. Não podemos é dizer para este ano em específico vamos mudar a nossa metodologia porque queremos mostrar aquele resultado, isso não há na Lei de

estão definidos na lei, que é preservação a estabilidade de preços, inflação, estabilidade de câmbios e estabilidade financeira, e não se surpreendam se no futuro tenhamos de fazer intervenções que podem resultar em perdas até significativas no balanço do banco, isso é parte do nosso trabalho" aprofundou Zandamela começando a justificar o empréstimo de concedidos sem juros à Kuhanha.

As demonstrações financeiras reportam que a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões dos trabalhadores do BM, Kuhanha, recebeu 11,7 bilhões de meticais sem juros. Este montante é aproximado à injeção financeira que a instituição, que é de direito privado, efectuou em Junho de 2017 no Moza Banco para tornar-se no principal acionista e salvar a instituição financeira da falência.

O Governador do BM reite-

BANCO DE MOÇAMBIQUE				
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – SEPARADA E CONSOLIDADA				
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017				
(Montantes expressos em milhares de Meticais)				
Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Activos				
Moeda estrangeira	7	617.741	678.660	617.741
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	8	135.784.037	98.087.554	136.078.122
Ouro	9	10.738.233	4.146.258	10.738.233
Activos financeiros detidos para negociação	10	21.954.103	26.234.849	21.954.103
Activos financeiros disponíveis para venda	11	87.629.558	40.012.084	86.984.148
Propriedades, instalações e equipamento	12	26.566.407	23.513.196	27.031.562
Activos intangíveis	13	15.184	14.840	534.181
Outros activos financeiros	14	50.067.862	46.643.382	49.856.555
Responsabilidades com beneficiários a empregados	20	-	161	-
Flutuação de valores	15	24.926.158	-	24.926.158
Total dos activos		358.299.283	239.330.984	358.720.803
Passivos				
Notas e moedas em circulação	16	49.448.079	47.613.399	49.448.079
Depósitos de outras instituições	17	118.209.987	86.196.815	118.209.987
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	18	148.403.642	46.808.195	148.403.642
Financiamentos externos	19	20.199.302	25.238.331	20.199.302
Responsabilidades com beneficiários a empregados	20	7.677.310	-	7.677.310
Outros passivos	21	2.928.734	1.484.238	3.620.838
Flutuação de valores	15	-	9.926.269	-
Total dos passivos		346.867.054	217.267.247	347.559.158
Capital próprio				
Capital	22	2.361.314	2.361.314	2.361.314
Reservas Legais		488.412	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	23	2.942.440	3.741.386	2.085.610
Reserva de reavaliação de justo valor	23	52.165	136.688	52.165
Resultado líquido		5.587.898	15.335.937	5.591.864
Total do capital próprio		11.432.229	22.063.737	10.579.365
Interesses minoritários		-	-	582.280
Total do capital próprio		11.432.229	22.063.737	11.161.645
Total dos passivos e capital próprio		358.299.283	239.330.984	358.720.803

cidas na demonstração de resultados consolidada e separada. Consequentemente, o passivo nas demonstrações financeiras da posição financeira consolidada e separada encontra-se sobreavaliado em 9 926 milhões de Meticais e o lucro do exercício consolidado e separado encontra-se subavaliado pelo mesmo montante" declarou a KPMG.

Questionado sobre esta inédita opinião "Adversa" às contas da instituição que dirige, desde Setembro de 2016, Rogério Zandamela começou por declarar: "É o relatório do Auditor, neste caso a KPMG, não é o relatório do Banco de Moçambique, acho que vocês também devia ter tomado a iniciativa

respeitamos e não interferimos e é por isso que queremos que os auditores façam o seu trabalho e nos digam qual é a sua opinião".

"O que se passa aqui é que bancos centrais são animais atípicos, não são empresas normais, não são bancos comerciais, eu muitas vezes digo na brincadeira não são lojas em que o dono quando o dono quer pagar menos impostos ou não quer pagar impostos vai manipular a sua contabilidade, as suas metodologias para ter um resultado que lhe permita não pagar impostos ou pagar menos", continuou Zandamela explicando que "Um banco central tem regras, no caso de Moçambique a con-

BANCO DE MOÇAMBIQUE				
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA				
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017				
(Montantes expressos em milhares de Meticais)				
Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2017	2016	2017	2016
Juros e rendimentos equiparados	26.1	7.698.084	4.141.809	8.784.405
Juros e gastos equiparados	26.2	(14.138.461)	(1.556.077)	(14.761.021)
Margem financeira		(6.440.377)	2.585.732	(5.976.616)
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	27	18.320.807	17.999.424	18.386.508
Outros rendimentos operacionais	28	551.671	184.741	554.130
Total de rendimentos		12.432.101	20.769.897	12.964.022
Gastos com o pessoal	29	(4.638.832)	(3.547.670)	(4.725.183)
Depreciações	12	(254.957)	(178.803)	(310.936)
Amortizações	13	(345)	(344)	(11.591)
Outros gastos operacionais	30	(1.950.069)	(1.707.143)	(2.324.448)
Total de gastos operacionais		(6.844.203)	(5.433.960)	(7.372.158)
Resultado líquido do exercício		5.587.898	15.335.937	5.591.864
Resultado Líquido Realizado		5.587.898	15.335.937	5.591.864
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:				
Ao BM		-	-	5.589.922
Aos Interesses minoritários		-	-	1.942
				15.226.412
				(105.233)

manipular. Na realidade se tivéssemos que alterar nesse sentido teríamos que alterar a lei, seria uma mudança que pela primeira vez o Banco de Moçambique apresenta contabilidade das suas Normas de report diferente daquilo que nós temos feito".

Relativamente aos resultados de 2017, que caíram de 15,1 bilhões em 2016 para 5,6 bilhões de meticais, o Governador do BM revelou: "bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros, é muito importante isso, comparado a bancos comerciais. Lucros ou mesmo perdas não são objectivos nem primários nem secundários do banco central".

"Salvamos o sistema, o Moza está bem, o sistema bancário está hoje mais sólido do que nunca"

"O Banco de Moçambique tem os seus deveres perante a lei, há objectivos que

rou que "as perdas e os lucros não são mais nada que o resultado da nossa actuação para atingir os objectivos primário e secundário do banco central, estabilidade financeira, estabilidade de preços, estabilidade do câmbio e outras variáveis que são relevantes, não é busca de lucros" e a intervenção no Moza Banco através da Kuhanha foi uma decisão para "enfrentar uma crise sistémica, nós tínhamos de salvar o sistema e fizemos o que era necessário, e faremos sempre, não vou esconder".

"Temos boas notícias salvamos o sistema, o Moza está bem, o sistema bancário está hoje mais sólido do que nunca" vangloriou-se Rogério Zandamela para depois tranquilizar aos moçambicanos: "o Banco de Moçambique está bem, está cumprindo com a sua missão e haverá lucros e perdas, mas não se assustem por causa disso, isso é parte do nosso exercício".

Lucas Frederico

Lucas Frederico é daqueles Xiconhocas que devem ser mantidos isolados da sociedade. O sujeito, que neste momento se encontra a contatos com a Polícia da República de Moçambique (PRM), na Beira, província de Sofala, desferiu duros golpes à sua irmã de apenas quatro anos de idade, por motivos considerados fúteis. Ou seja, o Xiconhoca, de 26 anos de idade, certamente, com os sentidos embotados de cannabis sativa, vulgo soruma, violentou a irmã, menor de idade, alegadamente porque sofria de maus-tratos por parte da sua família. Xiconhoca!

Maria Helena Taipo

Não é surpresa para os moçambicanos sobre o comportamento da antiga ministra do Trabalho e actual embaixadora de Moçambique em Angola, Maria Helena Taipo, em relação ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Há vários anos, esta Xiconhoca andou a delapidar aquela instituição de Estado. hoje, ela é citada como arguida principal num caso de corrupção que resultou na apropriação fraudulenta de cerca de 100 milhões de meticais retirados do Instituto Nacional de Segurança Social. Tomará que a Xiconhoca seja exemplamente punida.

Carlos Portimão

O cabeça-de-lista da Frelimo no município de Moatize, na província de Tete, Carlos Portimão, não passa de um Xiconhoca com problemas mentais. O sujeito, mostrando a ignorância por que ainda se rege, decidiu ameaçar "caçar" o jornalista e correspondente da Zitamar News naquela parcela do país, Fungai Caetano, e agredilo fisicamente. O Xiconhoca dirigiu insultos deveras ultrajantes contra a vítima, supostamente por ter multiplicado, numa rede social, uma notícia que o indicia de ter agredido fisicamente o director distrital do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Júlio Baulene.

Para quando uma CNE apartidária, apolítica e imparcial?

O que já era de se esperar, aconteceu. Em sessão plenária de centralização nacional e apuramento geral das eleições autárquicas do passado dia 10 de Outubro, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) negou proceder à recontagem dos resultados dos municípios de Monapo, Moatize, Alto Molócuè, Marromeu e Matola, onde a Renamo reivindicava vitória. A posição da CNE não causa espanto a nenhum moçambicano minimamente atento. Aliás, é sabido por experiência todas as decisões parciais e partidárias tomadas por este organismo eleitoral que se esperava que fosse imparcial.

Desde a implantação do Estado de Direito, a CNE tem estado a prejudicar, ou melhor a adiar a vontade dos moçambicanos em saborearem a mudança na governação, não só localmente mas também a nível central. É de conhecimento de todos que este ór-

gão eleitoral tem vindo a funcionar como um braço direito do partido Frelimo em todos os escrutínios realizados no país.

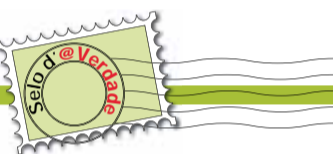
Por exemplo, as últimas eleições autárquicas, de 10 de Outubro, vieram colocar a nu o péssimo e vergonhoso trabalho prestado pela CNE. O mais intrigante é o facto de o presidente da CNE, Abdul Carimo, durante a divulgação dos resultados referentes ao apuramento geral das eleições de 10 de Outubro corrente, ter afirmado que nos cinco municípios onde a Renamo reclama vitória, por conta das anomalias detectadas, não houve consenso na aprovação dos resultados. Apesar disso, a CNE não se deu ao trabalho de investigar e/ou análise a situação, limitando-se apenas a declarar a vitória da Frelimo.

Não se pode construir um país democrático com um órgão como a CNE que, ao invés

de deixar a vontade do povo falar mais alto, tem estado a satisfazer o caprichos de um partido que tem postergado o desenvolvimento de milhões de moçambicanos.

Nas eleições municipais de 10 de Outubro, ficou claro que o partido Frelimo continua a controlar e dirigir a CNE. A título de exemplo, os resultados só foram declarados válidos mercê do beneplácito da própria Frelimo que, para além de ter um controlo total daquele órgão, como também tem maior número de vogais/membros que negaram, de pés juntos, a recontagem de votos, a pedido de Renamo.

Portanto, não se pode pensar na paz efectiva e num país normal, enquanto os órgãos que se esperavam independentes e imparciais continuem a ser o braço direito do partido Frelimo, em detrimento da vontade do povo moçambicano.



Continuamos a ter uma CNE que funciona à reboque do STAE, sendo este último, numa clara subversão da Constituição, da lei e da jurisprudência do próprio Conselho Constitucional*

DECLARAÇÃO DE VOTO NO ÂMBITO DA CENTRALIZAÇÃO NACIONAL E APURAMENTO GERAL DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Na qualidade de vogal da Comissão Nacional de Eleições, votei a favor da aprovação da acta e edital do apuramento geral em homenagem aos milhões de moçambicanos que decidiram comparecer nas mesas de votação para exercer o seu direito de voto. Não subscrevo os resultados do apuramento geral referentes aos municípios de Moatize, Monapo, Alto Molócuè e Marromeu. Não me vou pronunciar sobre o processo eleitoral na Matola por causa do evidente conflito de interesse.

Neste momento de incertezas que pairam sobre a transparência e justiça dos resultados em algumas autarquias, quero pensar nos milhões de eleitores que aguardam ansiosamente pelo resultado da sua escolha. Seria incompreensível adiar ou protelar a publicação da centralização nacional e do apuramento geral.

Foi uma participação histórica que supera de longe os anteriores processos eleitorais, pois a participação neste processo eleitoral ultrapassou a fasquia dos

sessenta por cento (60%), números que devem orgulhar a cada um de nós.

No geral, o processo de votação decorreu de forma livre em todos os municípios e foi garantida a participação de todos os eleitores na votação. Dos 53 municípios, os resultados apurados foram justos e transparentes em, pelo menos, 48 autarquias.

Entretanto, pretendo deixar registado as minhas constatações e reflexões, na forma de declaração de voto atinente à maneira como os órgãos de administração eleitoral se comportaram no âmbito do apuramento intermédio, actos que, em minha opinião, deveriam ter merecido uma pronta intervenção dos órgãos eleitorais de nível central para corrigir e acalmar a opinião pública, dada a desconfiança sobre o nosso compromisso para com a transparência e legalidade.

A inercia e apatia da Comissão Nacional de Eleições reduziu, em grande medida, a confiança, transparência e justiça de um processo eleitoral que foi, até ao processo de votação, bem organizado, resultando numa ampla participação popular.

CONSTATAÇÕES DE ÂMBITO

CONSTITUCIONAL E LEGAL

Determina o artigo 135 da Constituição da República que a supervisão dos recenseamentos e actos eleitorais é da competência exclusiva da Comissão Nacional de Eleições, órgão independente e imparcial.

De acordo com o n.º 2 do artigo 2 da Lei n.º 30/2014 de 26 de Setembro, entende-se por supervisão a função de orientar, superintender e fiscalização dos actos do processo eleitoral.

Fica aqui evidente e exposto que a Comissão Nacional de Eleições não é um mero órgão de controlo e supervisão do processo eleitoral. Tem uma função primeira que consiste na orientação e direcção do processo eleitoral. A responsabilidade política da condução de todo processo eleitoral é claramente da Comissão Nacional de Eleições.

Aliás, através do Acórdão n.º 4/CC/2014 de 22 de Janeiro, o Conselho Constitucional é claro ao referir que no quadro constitucional e legal do nosso país, a Comissão Nacional de Eleições é "um autêntico órgão de administração eleitoral activa, com amplos poderes legais de intervenção em todas fases e actos do processo eleitoral, com vista a garantir que os mesmos

decorram em condições de liberdade, justiça e transparência. Isto significa que a CNE pode e deve, ex officio, proceder à fiscalização da regularidade de quaisquer actos, quer do recenseamento quer do processo eleitoral, adoptar, as diligências que julgar mais adequadas à reposição da legalidade eleitoral, sempre e quando esta se mostre violada, seja por órgãos subalternos de administração eleitoral seja seja por quaisquer outros actores dos processos eleitorais".

O presente processo eleitoral, demonstra que ao nível da Comissão Nacional de Eleições e em algumas Comissões de Eleições de nível provincial e distrital, incluindo o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral a todos os níveis, existe um grande equívoco sobre o papel e a centralidade da Comissão Nacional de Eleições em todas fases do processo eleitoral, apesar das inúmeras sessões de formação que tiveram lugar nos últimos 12 meses em todas províncias, cidades e vilas municipais.

Continuamos a ter uma Comissão Nacional de Eleições que funciona à reboque do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, sendo este último, numa clara subversão da Constituição, da lei e da jurisprudência do próprio Conselho Constitucio-

continua Pag. 04 →

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Anteprojecto de Revisão da Lei do Trabalho: Parceiros afinam posições

Realizou-se, na quarta-feira, 24 de Outubro, o Seminário Nacional de Validação do Anteprojecto de Revisão Pontual da Lei do Trabalho (Lei nº23/2007), um processo que visa adequar este instrumento ao estágio de desenvolvimento socioeconómico do País, respondendo às demandas do sector empresarial e às do movimento sindical cada vez mais ciente dos seus direitos e deveres, bem como à necessidade da promoção do trabalho digno.

A cerimónia de abertura foi dirigida pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, que instou aos participantes, em particular às partes envolvidas no processo, a contribuir no enriquecimento da proposta, para que o resultado esteja o mais próximo possível das aspirações dos moçambicanos, em geral, e dos empregadores e dos trabalhadores, em particular.

Na sua intervenção, Vitória Diogo referiu que, durante os 10 anos de vigência da actual Lei do Trabalho, o Governo deu atenção especial ao ajustamento do quadro normativo e a introdução de reformas no sector do Trabalho, Emprego e Segurança Social que “tiveram grande impacto na simplificação dos procedimentos, redução do tempo de espera, celeridade na prestação do serviço, prestação de contas, e conferiram maior rigor e transparência”.

Dentre os ajustamentos e as reformas, destaque vai para a in-

trodução dos Mecanismos e Procedimentos para a Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira, do Regulamento das Agências Privadas de Emprego, do Regulamento do Trabalho de Estiva, do Regulamento do Trabalho em Regime de Empreitada, bem como a informatização do processo de contratação da mão-de-obra estrangeira, a implementação do Sistema de Informação Migratória (SIMIGRA) e da Folha de Relação Nominal Electrónica (e-FRN), o lançamento da Plataforma M-Contribuição e da Prova de Vida Biométrica, a emissão automática da Certidão de Quitação de Segurança Social via electrónica.

Já os empregadores, representados pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), esperam que o processo de revisão torne esta lei alinhada às dinâmicas actuais, “o que será um passo fundamental para um desenvolvimento da economia que possa gerar empregos de qualidade e que traga competitividade e produtividade

das empresas”.

Entretanto, Agostinho Vuma, presidente da CTA, entende que “por ser um instrumento transversal, a Lei do Trabalho deve ser esclarecedora, actual, equilibrada e flexível, mas sem desregularizar ou defender interesses de grupos específicos, mas de um mercado de trabalho atractivo e gerador de riqueza nacional, familiar e pessoal”.

A Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical), por seu turno, considera que, apesar de terem sido dados importantes avanços, ainda se mostra apreensiva com algumas questões que não reuniram consenso durante o processo de audição pelos principais intervenientes na relação laboral (empregadores e trabalhadores), como são os casos da duração do contrato a prazo nas Pequenas e



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Médias Empresas, o regime de indemnização por motivos económicos, estruturais e de mercado, pois não garantem a protecção, muito menos a dignidade aos trabalhadores após a cessação do contrato de trabalho.

Neste sentido, o secretário-geral da OTM-Central Sindical, Alexandre Mungambe, defende que “a melhor estratégia para dissipar a apreensão dos trabalhadores é levar a cabo uma revisão da lei de forma justa e transparente, onde os direitos de cada um, ora conquistados, não sejam beliscados”.

Mundo

China inaugura maior ponte marítima do mundo entre Hong Kong e Macau

A China inaugurou a maior ponte e túnel marítimos do mundo na terça-feira, conectando o centro financeiro de Hong Kong e o polo de jogos de azar de Macau e os extremos ocidentais do Delta do Rio Pérola no centro do boom económico do sul chinês.

A ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é formada por quase 35 quilómetros de secções de ponte e estrada e um túnel de 6,7 quilómetros entre ilhas artificiais para permitir que as mercadorias circulem sem obstáculos.

O Presidente chinês, Xi Jinping, comandou a inauguração na manhã desta terça-feira, mas disse pouco além de declarar a ponte oficialmente aberta ao espocar de fogos de artifício projectados em uma tela às suas costas.

O vice-primeiro-ministro chinês, Han Zheng, disse que a ponte ajudará a desenvolver o projeto estratégico chinês de uma “Área de Baía Ampliada” em torno do Delta do Rio Pérola nos moldes de outros dinamos económicos globais, como a Baía de San Francisco e a Baía de Tóquio.

“Diante deste novo ponto de partida histórico, acreditamos firmemente que a abertura da ponte desenvolverá ainda mais a van-

tagem especial de Hong Kong e Macau”, disse Han em um discurso na cerimónia.

A ponte, que serpenteia pelo Delta do Rio Pérola a partir da ilha de Lantau de Hong Kong e passa ao largo dos casinos espalhados de Macau, iniciará suas operações na quarta-feira, quando alguns serviços de autocarro começam a circular.

As autoridades de Hong Kong de-

fenderam o investimento de 15,31 biliões de dólares dizendo que consolidará a sua posição como um pólo regional de aviação e logística.

Mas alguns críticos veem a ponte como um elefante branco que é parte de um esforço chinês múltiplo para exercer um controle maior sobre Hong Kong, que o Reino Unido devolveu a Pequim em 1997 prometendo à ilha preservar o alto grau de autonomia e as liberdades individuais negadas na China continental.

Texto: Agências

23 mortos e 17 feridos em represálias na Nigéria

Vinte e três pessoas morreram e 17 outras ficaram feridas no recrudescimento da violência desde domingo em Kaduna, no noroeste da Nigéria, anunciou a Agência de Gestão das Situações de Emergência (SEMA, sigla em inglês).

Texto: Agências

O secretário executivo da SEMA, Ben Kure, declarou depois de uma ronda de avaliação das zonas afetadas que nenhuma sociedade pode avançar sem a paz, que “é um elemento essencial para o desenvolvimento e uma coexistência harmoniosa”.

O secretário executivo trans-

mitiu a sua simpatia aos feridos, e apresentou as suas condolências às famílias enlutadas.

Segundo ele, o Governo estadual está determinado a garantir a segurança para todos e assegurar um ambiente favorável para que todos vivam em paz.

Kure agradeceu ao governador do Estado, Malam Nasir el Ryfai, pelo seu apoio à agência.

Depois de uma digressão pela metrópole de Kaduna, o chefe da SEMA visitou também a localidade de Kasuwan Magani, onde 55 pessoas morreram quinta-feira, para entregar material de socorros às

famílias afetadas. Kure pediu à população do Estado para que escolha a paz e evite a violência.

O governador Malam Nasir El Rufai declarou Estado de emergência na cidade de Kaduna e seus arredores depois da morte das 55 pessoas, em Kasuwan Magani.

Xiconhoquices

Propaganda como prioridade no PES

Definitivamente, o Governo da Frelimo não está preocupada com o bem-estar da população moçambicana. Uma das evidências dessa Xiconhoquice é o facto de Filipe Nyusi e os seus titeres terem como prioridade do seu Plano Económico e Social para 2019 fazer propaganda das “realizações” positivas da sua governação, usando a rádio e televisão públicas sob coordenação do Gabinete de Informação. Ou seja, depois de injectado mais de 1 bilião de meticais durante o ano transacto nas deficitárias rádio e televisão públicas, o Governo de Filipe Nyusi pretende alocar outros biliões para estes dois órgãos de comunicação social que são responsáveis pela sua propaganda eleitoralista. Com tantos problemas por se resolver neste país, Nyusi e a sua corja acam melhor investir a propaganda das suas supostas realizações. Quanta Xiconhoquice!

Branqueamento de capitais nos bancos comerciais

A cada dia que passa fica claro que os bancos comerciais que operam em Moçambique estão preocupados com os lucros, não se importando com a proveniência do dinheiro que alguns cidadãos têm estado a depositar. A título de exemplo, poucos dias após a Procuradoria-Geral da República (PGR) ter denunciado que instituições financeiras não têm comunicado “transacções suspeitas” dos seus clientes, o Banco de Moçambique tornou públicas as recentes sanções que impôs novamente ao Millennium Bim, UBA e Único aos quais se junta desta vez o BNI por violações à lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Esta é, sem dúvidas, mais uma prova de que os bancos comerciais têm estado a alimentar negócios ilícitos, em troca de algumas comissões das transacções.

Confirmação da fraude eleitoral pela CNE

É deveras vergonhoso a atitude da Comissão Nacional das Eleições (CNE) relativamente aos resultados das últimas eleições autárquicas. Aliás, não se devia esperar posição diferente deste órgão eleitoral que se esperava que fosse imparcial e apertado. A CNE foi praticamente o principal actor das últimas eleições municipais, facilitando a fraude eleitoral por parte da Frelimo. Em alguns municípios, onde a fraude foi bastante evidente, a Comissão Nacional das Eleições, sem o mínimo de escrúpulo e desrespeitando a vontade do povo moçambicano, atribuiu a vitória à Frelimo. É este posicionamento da CNE que faz com que centenas de eleitores não se façam às assembleias de votos.

Tribunal Supremo de Moçambique recebe 73 ilícitos eleitorais e julga 52

O Tribunal Supremo (TS) recebeu 73 processos de ilícitos eleitorais, dos quais apreciou e julgou 52. Os restantes 21 aguardam pela apreciação e provável ajuizamento. As irregularidades aconteceram durante a campanha eleitoral, a votação [10 de Outubro em curso] e o apuramento intermédio dos resultados.

Texto: Emildo Sambo

O grosso das irregularidades diz respeito à destruição do material de campanha e propaganda eleitoral e ofensas, nas províncias de Maputo, Inhambane, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado

Decorrem diligências no sentido proceder ao julgamento de alguns dos 21 processos pendentes, sendo que outros já têm datas marcadas para o efeito, disse o vice-presidente do TS, João Beirão, sem avançou as referidas datas.

Relativamente aos recursos de contenciosos eleitorais [artigo 140 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto] o TS recebeu 31 casos. Destes, 18 que dizem respeito à pretensa viciação de editais foram ajuizados e 13 declarados indeferidos alegadamente porque os petiçãoários não reclamaram à mesa de votação, no dia 10 de Outubro.

A reclamação à mesa, onde ocorre o apuramento parcial de votos, é o primeiro passo para posteriormente desencadear um processo de "recurso e ilícito eleitoral" ao Tribunal Judicial do Distrito ou de Cidade, segundo a Lei número 7/2018, de 3 de Agosto.

João Beirão apelou aos partidos políticos, coligações de formações políticas e grupos de cidadãos eleitores a aprofundarem o domínio da lei eleitoral.

Ele endossou que "para o tribunal apreciar um processo de contencioso e ilícito eleitoral é necessário" que primeiro haja protesta "na mesa de voto". Sem isso, "o tribunal não poderá apreciar (...)".

Prioridade do PES de Nyusi em 2019 é fazer propaganda das "realizações" na RM e TVM



A primeira prioridade do Plano Económico e Social de Filipe Nyusi para 2019 é fazer propaganda das "realizações" positivas da sua governação usando a rádio e televisão públicas sob coordenação do Gabinete de Informação.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 06 →

Tribunal Judicial da Matola chumba recurso da Renamo e do MDM

O Tribunal Judicial do Distrito da Matola, na província de Maputo, chumbou os recursos apresentados pela Renamo e pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), relativos à contestação dos resultados do apuramento intermédio que dão vitória à Frelimo no Conselho Autárquico da Matola, nas eleições de 10 de Outubro corrente. Os dois partidos acreditam que houve fraude.

Texto: Emildo Sambo

Os resultados provisórios divulgados pelos órgãos eleitorais indicam que na Matola, por exemplo, a Frelimo venceu [de forma bastante apertada] com 48.05% de votos, contra 47.28% da Renamo e 4.11% do MDM.

Os outros cinco partidos extraparlamentares e coligações que concorreram pela mesma autarquia obtiveram juntos 0.56% de votos.

O caso da Matola foi um dos mais deram barulho porque após a votação, no dia 10 de Outubro, foram produzidos três editais com dois resultados a favor da Frelimo e um em que a Renamo era vencedora. Aliás, a própria "perdiz" disse que efectuou uma contagem paralela que demonstrou que venceu folgadoamente.

O Tribunal Judicial do Distrito da Matola entende que a "perdiz" e o "galo" não reclamaram/protes-

taram, primeiro, à mesa de votação onde supostamente ocorreram as irregularidades de deram lugar aos recursos em questão.

Como se não bastasse, prosseguiu aquele tribunal, as duas formações políticas queixaram-se da alegada fraude na votação e, por conseguinte, apelaram à anulação dos resultados fora do prazo previsto para o efeito, 48 horas [número 4 do artigo 140 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto].

O número 3 do mesmo artigo acima indicado estabelece que processo submetido ao tribunal deve ser acompanhado das respectivas provas, nomeadamente a cópia do edital, testemunhas se houver, o código da mesa na qual a irregularidade ocorreu. Mas tal não aconteceu, alegou o tribunal.

No Tribunal Judicial do Distrito ou Cidade "dá entrada o recurso

contencioso eleitoral por que se está a recorrer de uma decisão desfavorável sobre a reclamação ou protesto que tenha sido feito, o que de resto não aconteceu como se pode aferir dos autos e contrariando" o que está estabelecido no número 1 do artigo 140 da norma acima citada, de acordo com o despacho que nega provimento às reclamações da oposição.

Para além da autarquia da Matola, a Renamo recorreu em Tete, Moatize, Marromeu, Alto-Molócuè, Monapo. O MDM também apresentou recurso no Gurúè, onde o seu mandato está no fim e não pôde renovar nas recentes eleições.

À Renamo e ao MDM ainda cabe outro recurso ao Conselho Constitucional (CC), feito quando "se trate de apuramento geral ou nacional", que será tornado público esta quarta-feira (24).

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

Exumados cadáveres encontrados numa mata em Nampula

Os sete corpos achados numa mata e imediatamente enterrados numa vala comum, no distrito de Murrupula, província de Nampula, foram esta terça-feira (23) exumados e submetidos à autópsia para efeitos de sua identificação e verificação das causas a morte.

Texto: Redacção

As vítimas, com idades compreendidas entre 21 a 36 anos de idade, foram enterrados de troncos nus.

Segundo o porta-voz do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Inácio Dina, é prematuro avançar detalhes sobre a ocorrência.

Ele disse que o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e a PRM fizeram-se à localidade de Muarapaz, no posto administrativo de Chinga, onde os cadáveres foram enterrados.

O Ministério da Saúde (MISAU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também escalaram o sítio para ajudar a esclarecer o que se passou naquele povoado.

Banco de Moçambique interrompe descida das taxas directoras aguardando resultados eleitorais e pela Paz

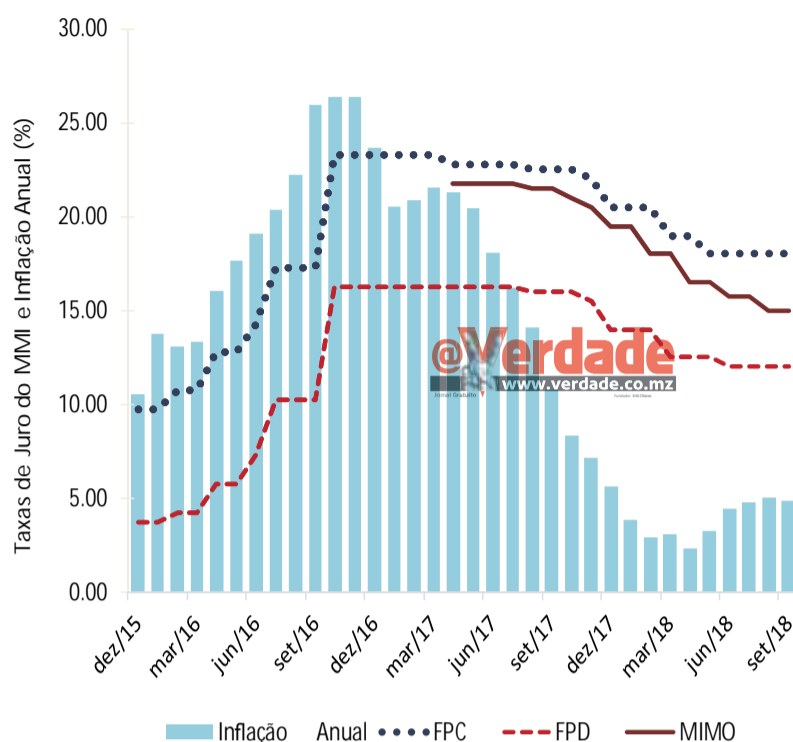
Embora Rogério Zandamela destaque os resultados positivos das negociações com os bancos comerciais para a redução das taxas de juro do crédito à economia o último Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu "cautelosamente", enquanto aguarda pelos resultados das Eleições Autárquicas e das negociações para a Paz, interromper a descida das taxas directoras de referência mantendo a de Política Monetária (MIMO), nos 15 por cento estabelecidos em Agosto, a taxa da FPC inerte nos 18 por cento, desde Abril, assim como a taxa da FPD continua nos 12, desde Agosto.

Fonte: BM

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Taxas de Juro do MMI (%)



Alerta-se para inclusão do ensino da música na nova Lei do Sistema Nacional de Educação

A proposta de revisão da Lei n.º 6/92, de 06 de Maio, Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), não acautela o ensino da música nas classes iniciais do ensino básico, o que irá perpetuar o desfasamento entre este nível de instrução e o superior, segundo a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Escola Superior de Artes Cénicas da Universidade Pedagógica (UP) e outras instituições do Estado interessadas na matéria.

Texto & Foto: Emildo Sambo

A inquietação está no facto de o novo dispositivo em vias de aprovação ser omissivo em relação à educação musical na 3.ª, 4.ª e 5.ª classe. Defende-se que a matéria devia ser leccionada como disciplina obrigatória, a partir da 5.ª classe.



Neste contexto, aquelas entidades alertam para uma possível descontinuação da arte e técnica de combinar os sons de forma melódica, o que no futuro pode propiciar a marginalização dos profissionais formados pelas universidades, por falta de colocação para transmitirem os conhecimentos que têm vindo a adquirir.

A proposta de revisão da Lei do SNE já está em sede do Parlamento para efeitos de harmonização, apreciação e aprovação.

Todavia, a ECA disse, na terça-feira (23), à Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República (AR), que a socialização da proposta de revisão da Lei em alusão "não foi muito abrangente",

porquanto a UEM, em particular, não foi ouvida.

Segundo Hortêncio Langa, músico e docente de música na ECA, na proposta de revisão está "suprimido o ensino da música nas escolas do ensino básico", o que faz com que a mesma lei não esteja "em consonância com as dinâmicas sociais".

Como disciplina, a educação musical visa cultivar o interesse e o talento musical, na perspectiva do desenvolvimento da personalidade nos domínios afectivo, estético, cultural, cognitivo e psicomotor.

Para Hortêncio Langa, a olho nu, há um grande envolvimento de jovens na actividade musical e é notável o surgimento de escolas privadas que leccionam a música, daí a prova de que se está perante uma área bastante importante na sociedade.

A falta de inclusão do ensino de música na Lei em revisão "significa que a música pode simplesmente ser suprimida no ensino primário. Acontecer isso, abrir-se-á um fosso entre a educação de infância e o ensino superior", argumento Langa, secundado pelos colegas de outras instituições, tais como a UP e a Escola Nacional de Música.

Ele advogou que o ensino de música deve ser progressivo, desde o pré-escolar, passar pelo primário, até à universidade. "Só assim teremos músicos devidamente formados (...)".

A Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social da AR comentou que, apesar de o parecer à norma em causa já estar ter sido produzido, o Governo será novamente consultado para tomar posição em relação à preocupação colocada.

Refira-se que a proposta de revisão da Lei do SNE tem como inovações a escolaridade obrigatória que será da 1.ª a 9.ª classes.

Visa, também, a redução de sete para seis classes no ensino primário, divididas em dois ciclos, nomeadamente de 1.ª a 3.ª classes e da 4.ª a 6.ª classes.

O ensino secundário será de 7.ª a 12.ª classes e, igualmente, dividido em dois níveis: da 7.ª a 9.ª classes e da 10.ª a 12.ª classes.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Banco de Moçambique interrompe descida das taxas directoras aguardando resultados eleitorais e pela Paz

Falando em conferência de imprensa em Maputo, nesta segunda-feira (22), o Governador do BM esclareceu que influenciou a decisão da 5ª sessão do CPMO deste ano “a incerteza quando ao ciclo eleitoral, o pacote de descentralização e da desmilitarização e o seu impacto na consolidação fiscal que está em curso. Incerteza

tinuam as mesmas magnitude dos impactos da crescente tensão comercial e geopolítica entre as principais economias; impacto da volatilidade dos preços das commodities, com efeitos sobre os preços domésticos e a nossa balança de pagamentos; e a volatilidade do dólar e a rand da África do Sul”, detalhou Zandamela.

lítica monetária, e com a expectativa do sector financeiro que previa mais uma descida da taxa MIMO pois a taxa de juro real está nos 10 por cento.

Ainda assim o Governador do banco central assinalou “a maior caída da taxa Prime Rate desde que ela foi introduzida. Isso é em boa parte resultado das negociações que nós tivemos com a banca, foram longas, duraram 9 meses, mas o resultado é positivo, se vê, é isso que nós queremos”.

Efectivamente após o acordo rubricado com a banca comercial o Prémio de Custo do dinheiro baixou pela primeira vez em Moçambique, desde o lançamento do processo de transparência de fixação das taxa de juro de crédito dos bancos comerciais em Julho de 2017, em 80 pontos base reduzindo a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano no início do mês de Outubro para 20,40 por cento.

Para além de manter inertes a taxa MIMO, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) o Comité de Política Monetária deliberou ainda não alterar o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional, fixando em 14 por cento, e em moeda estrangeira, estabelecido em 27 por cento.

“Crédito a economia continua estagnado porque a banca tem ainda preferência sobre títulos do Estado”

No entanto Rogério Zandamela constatou que apesar das taxas de juro ao retalho continuarem a cair, estão a 23,4 por cento, “o crédito à economia continua estagnado” e revelou a

existência de “indícios de crescente de crédito mal parado”.

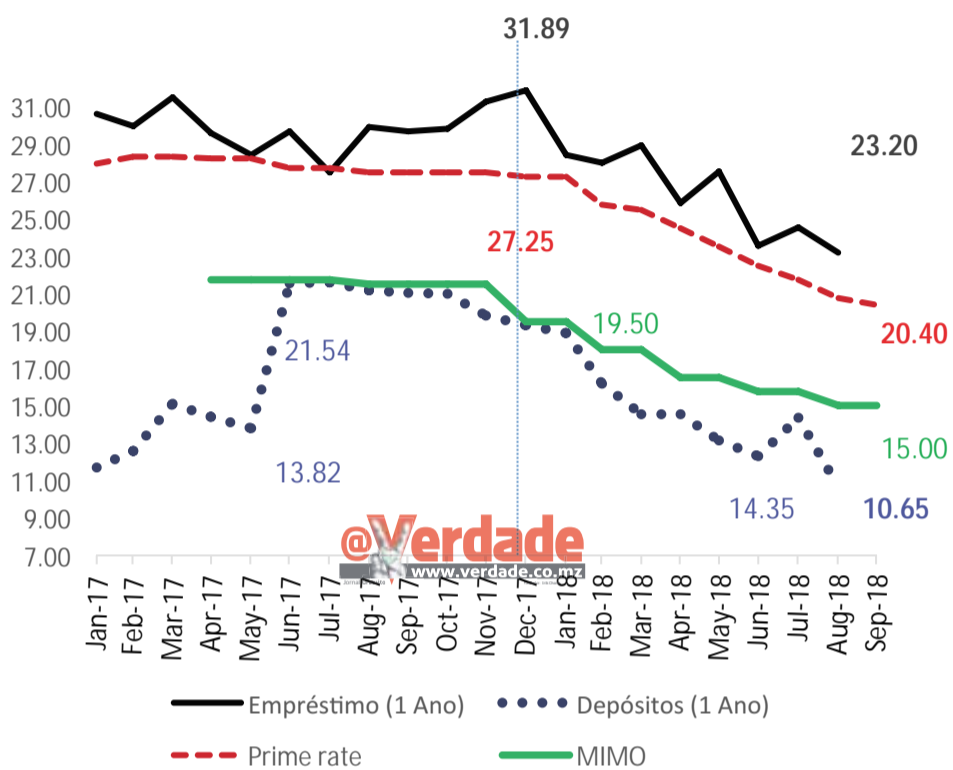
Os bancos comerciais embora tenham muita liquidez parecem pouco incentivados a emprestarem dinheiro aos empresários e às famílias moçambicanas, como aliás assinalou o Governador do BM “os agregados monetários não se reflectiram em maior crédito à economia, podem ver um crescimento dos agregados monetários de quase 8,8 por cento mas o crédito a economia continua estagnado porque a banca tem ainda preferência sobre títulos do Estado e outras aplicações de instrumentos financeiros”.

Ademais a liquidez dos bancos comerciais é tanta que nem parecem interessados em captar depósitos, como notou Zandamela uma “coisa um pouco atípica é a caída substancial da taxa de juro de depósito, que caiu significativamente mais do que as outras taxas, em 1 mês caíram de 14,35 para 10,65 (por cento)”.

Sendo cada vez mais certo que a crise estancou o facto é que a retoma da economia continua a tardar, por outro lado é cada vez mais uma miragem o regresso às taxas directoras de um dígito do início de 2016.

Mais confortável está o banco central no que as Reservas Internacionais diz respeito. “(...)Temos um aumento das reservas de 70 milhões passando de 3,12 biliões de dólares para 3,19 biliões de dólares norte-americanos. Isso é uma grande notícia, não é fácil alcançar este tipo de resultados num ambiente em que há uma gestão, há eleições, há todas as pressões de gastos que nós conhecemos, mostra que o nosso país continua com condições mais fortalecidas para honrar os seus compromissos com o exterior”, disse Rogério Zandamela.

Taxas de Juro a Retalho das Novas Operações e taxa MIMO (%)



Fonte: BM

quando aos preços de combustíveis líquidos e outros bens e serviços administrados”.

Contudo esta cautela e prudência do Banco de Moçambique parece contrastar com a sugestão do Fundo Monetário Internacional, de existir espaço para continuar a relaxar a po-

“A nível internacional também con-

Dezassete cidadãos presos por alegado envolvimento em assaltos em Nampula

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve 17 indivíduos acusados de pertencer a uma gangue que tem semeado medo e terror com recurso a armas de fogo e brancas em diferentes bairros da cidade de Nampula.

Texto: Redacção

Trata-se de um grupo proveniente da província de Manica, que supostamente escalou Nampula à procura de castanha de caju para revender.

Das mãos dos suspeitos, interceptados no bairro Muhalá-Expansão, a Polícia confiscou uma pistola com a respectiva licença de porte e uso, mas desconfia que tenha sido utilizada em alguns assaltos de que a população tem se queixado.

Um dos integrantes, considerado líder da alegada quadrilha, disse que ele os amigos pretendiam comprar castanha algures em Cabo Delgado. A posterior, todos regressariam para Manica.

Zacarias Nacute, porta-voz de PRM, em Nampula, considerou que os indiciados podem fazer dos bandidos que se intitulam “os que não comem”, os quais assaltam residências e estupram mulheres naquele ponto do país.

Enquanto isso, a corporação apreendeu outras duas armas de fogo, sendo uma AKM com três munições e uma pistola.

Foram igualmente confiscadas 125,5 quilogramas de cannabis sativa, vulgo soruma, durante uma operação denominada “USALAMA V”, desencadeada em coordenação com as entidades policiais de outros países da África Austral e Oriental.

MTC entrega mais 29 autocarros aos municípios da Matola e Maputo

O Ministério dos Transportes e Comunicações procedeu, na segunda-feira, 22 de Outubro, em cerimónias separadas, nos municípios da Matola e de Maputo, à entrega de um total de 29 novos autocarros aos operadores privados de transporte público de passageiros.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

Do total dos autocarros entregues, 14 serão alocados à província de Maputo e 15 à capital do País, no âmbito do projecto de aquisição de mil unidades, até 2019, denominado “Plano 1000”, visando solucionar o problema dos transportes públicos urbanos, no País.

A vice-ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo, disse, na ocasião, que com a entrega dos 29 autocarros nas cidades de Maputo e Matola “completamos o lote de 70 unidades anunciadas pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, na cerimónia de entrega de 200 autocarros, em Maio último, na capital do País”.

Do lote das 70 unidades adquiridas, conforme realçou Manuela Rebelo, decidiu-se alocar 29 autocarros a operadores privados na prossecução da visão estratégica do Governo, com vista à reorganização do transporte público urbano, contando com o forte envolvimento de operadores privados, que nos momentos difíceis asseguraram a actividade com muito sacrifício.

“O Governo tem clareza sobre a complexidade do problema de transporte



público urbano, cuja solução não será encontrada apenas com o reforço da frota. A alocação de autocarros aos operadores públicos e privados é parte de um pacote de medidas em implementação”, referiu Manuela Rebelo.

O governador da província de Maputo, Raimundo Diomba, que participou na cerimónia realizada no município da Matola, disse que esta província já recebeu do Governo um total 168 novos autocarros, para o transporte público de passageiros.

“Com estes autocarros que hoje recebemos fica, uma vez mais, demonstrado que as acções do nosso Governo acontecem no terreno onde o povo se encontra, pois é com ele que a nossa governação está comprometida em servi-lo cada vez melhor”, frisou o governador.

Raimundo Diomba assumiu o compromisso de fazer tudo para que os novos autocarros tenham muito tempo de vida útil, servindo devidamente os anseios da população.

Por sua vez, o edil de Maputo, David Simango, referiu que, de Janeiro de 2016 a Outubro de 2018, a cidade de Maputo registou a entrada de 162 novos autocarros, transportando uma média de 145 mil passageiros por dia.

“Se a estes números, adicionarmos os meios alocados para os municípios da Matola e Boane, incluindo o distrito de Marracuene, todos com destino a Maputo, podemos afirmar que conseguimos incrementar a oferta em cerca de 300 mil passageiros por dia ao longo dos últimos dois anos, para a região metropolitana de Maputo”, concluiu David Simango.

Homem morre agredido com garrafa na Matola

Quatro jovens com idades compreendidas entre 16 e 18 anos encontram-se privados de liberdade, desde segunda-feira (22), no bairro Tsalala, município da Matola, acusados de assassinar um homem, do qual pretendiam arrancar um telemóvel.

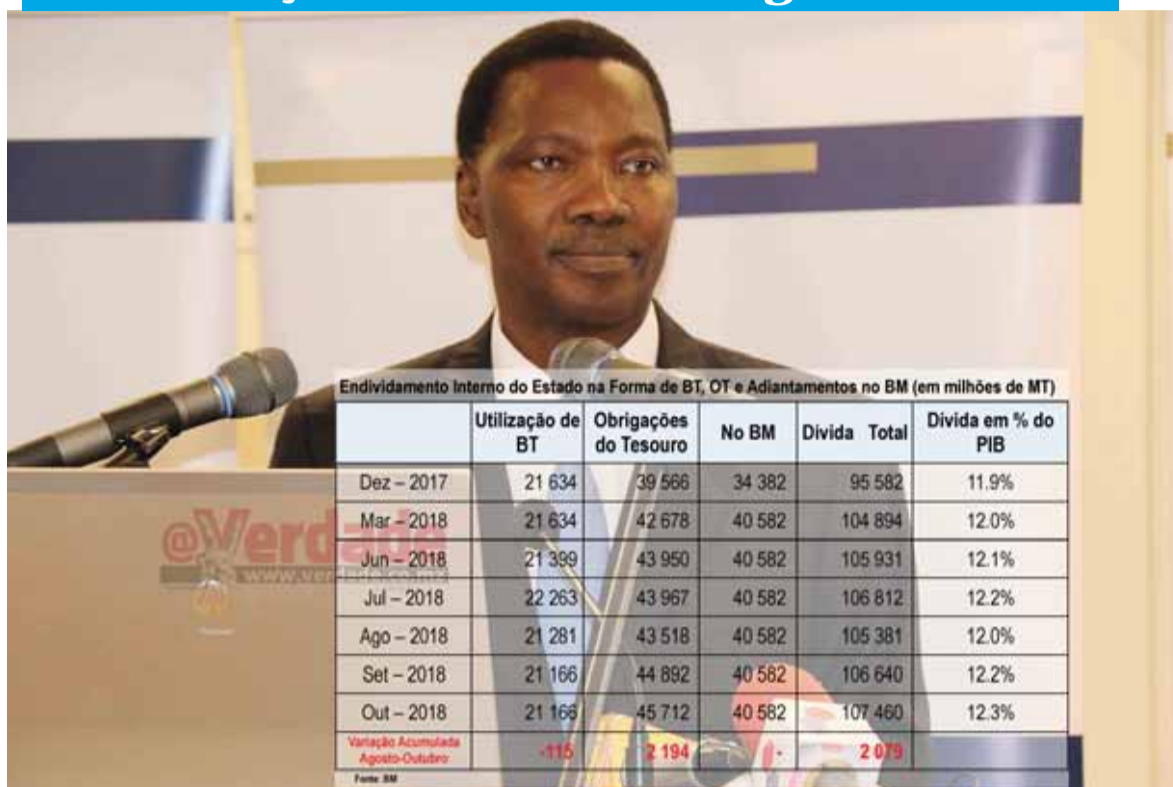
Texto: Redacção

A Polícia da República de Moçambique (PRM), na província de Maputo, disse que os indiciados feriram gravemente a vítima com garrafa. Primeiro agrediram-na fisicamente.

O homem foi acudido e socorrido para uma unidade sanitária, mas morreu a caminho devido à gravidade dos ferimentos causados.

O caso ocorreu na última quinta-feira (18) e desconhecem-se as motivações. No meio de acusações mútuas, os suspeitos admitiram a agressão mas defenderam que não pretendiam tirar a vida do malogrado.

Dívida Pública Interna atinge novo máximo 107 bilhões de meticais, porém metade é consolidação de dívidas antigas do Estado



Endividamento Interno do Estado na Forma de BT, OT e Adiantamentos no BM (em milhões de MT)					
	Utilização de BT	Obrigações do Tesouro	No BM	Dívida Total	Dívida em % do PIB
Dez - 2017	21 634	39 566	34 382	95 582	11.9%
Mar - 2018	21 634	42 678	40 582	104 894	12.0%
Jun - 2018	21 399	43 950	40 582	105 931	12.1%
Jul - 2018	22 263	43 967	40 582	106 812	12.2%
Ago - 2018	21 281	43 518	40 582	105 381	12.0%
Set - 2018	21 166	44 892	40 582	106 640	12.2%
Out - 2018	21 166	45 712	40 582	107 460	12.3%
Varição Acumulada Agosto-Outubro	-115	2 194	-	2 079	

O Governador do Banco de Moçambique assinalou, novamente, que "o endividamento público interno continua elevado", ultrapassou os 107 bilhões de meticais em Outubro de 2018. Porém o ministro da Economia Finanças explicou ao @Verdade que só cerca de metade são novas dívidas, o resto é a Consolidação Fiscal, "estamos a trazer para as contas todas dívidas que o Estado tinha com a sociedade".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco de Moçambique [continua Pag. 10](#) →

Autárquicas 2018: Renamo insiste que foi trapaceada, Frelimo queria mais municípios e MDM está conformado

Os resultados do apuramento geral das eleições autárquicas de 10 de Outubro corrente anunciados esta quarta-feira (24), pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), são o desfecho de uma "grosseira fraude", segundo a Renamo. O MDM, não obstante alinhar no mesmo diapasão e lamentar pelas irregularidades que presenciou, parece estar conformado. A Frelimo desejava ter ganho mais municípios ou mesmo todos eles mas diz que "sai satisfeita e reforçada" para as próximas eleições.

Texto & Foto: Emildo Sambo

No ver do mandatário da "perdiz", André Magibire, o escrutínio decorreu num ambiente de violência que se estendeu do dia da votação até ao apuramento parcial e intermédio dos resultados.

Por um lado, o deputado disse que o seu partido não se contenta com os resultados da CNE.

Por outro, ele entrou em contradição consigo mesmo, ao afirmar que, "apesar da fraude, é razoável" ter ganho oito autarquias "com uma margem bastante folgada."

"Fomos às eleições" a governar um município (cidade de Nampula) conseguido quando da eleição

intercalar.

A Renamo espera que o Conselho Constitucional (CC) dê provimento à sua reclamação que consiste em alegadamente ter vencido nas autarquias de Moatize, Monapo, Alto Molócuè, Marromeu e Matola, que lhe "foram arrancados por força da fraude."

Em alguns municípios onde a Frelimo venceu, Magibire espera um trabalho renhido nas assembleias autárquicas onde a Renamo e o partido no poder têm o mesmo número de mandatos. É o caso de Monapo, Ribáuè, Alto Molócuè, entre outros.

A mandatá- [continua Pag. 10](#) →

Autárquica 2018: CNE divulga resultados gerais e faz vista grossa às irregularidades em cinco municípios reclamados pela Renamo

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) negou, em sessão plenária de centralização nacional e apuramento geral das eleições autárquicas de 10 de Outubro em curso, recontar os resultados dos municípios de Monapo, Moatize, Alto Molócuè, Marromeu e Matola, onde a Renamo reivindica vitória. O argumento foi de que os mesmos já são alvos de "recursos e contenciosos eleitorais". Por isso, os processos devem correr os trâmites legais. Contudo, esta posição torna a CNE num "mero espectador do festival de irregularidades e violação da legalidade eleitoral". Faz ainda esforço de colocar no poder dirigentes não eleitos pelo povo, segundo alguns vogais.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Esta quarta-feira (24), o órgão divulgou os resultados referentes ao apuramento geral das eleições de 10 de Outubro corrente. Nada alterou em relação à sorte que coube a cada um dos correntes. Ou seja, conforme o que foi tornado público, desde a contagem intermédica, a Frelimo venceu em 44 municípios, a Renamo em oito e o MDM em apenas um.

O presidente da CNE, Abdul Carimo, disse que nos cinco municípios onde a Renamo reclama vitória, por conta das anomalias



detectadas, não houve consenso na aprovação dos resultados.

A "perdiz" entende que as Comissões Distritais de Eleições (CDE) ou de Cidade (CEC) não realizam o [continua Pag. 13](#) →

Diga-nos quem é o **XICONHOCA** da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Dívida Pública Interna atinge novo máximo 107 bilhões de metcais, porém metade é consolidação de dívidas antigas do Estado

“O endividamento público interno continua elevado, subiu mais um pouco quase 2 bilhões desde a última vez que estivemos aqui (CPMO) e corresponde a 12,3 por cento (do Produto Interno Bruto). Ela já é elevada e continua a crescer este ano deverá cifrar-se em 0,5 por cento do PIB. Paralelamente “o Crédito Líquido ao Governo, que é quanto vamos buscar ao sistema financeiro, está em níveis baixos”, clarificou o governante mostrando dados que indicam que Cré-



cer, é uma dívida onde não estão todos factores”, assinalou Rogério Zandamela na conferência de imprensa que se seguiu a 5ª sessão do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, realizada na segunda-feira (22).

São 107,4 bilhões de metcais dentre os quais 40,5 bilhões são adiantamentos que o Governo foi buscar ao banco central até Março último, 45,7 bilhões são Obrigações do Tesouro emitidas através da Bolsa de Valores e 166,2 correspondem a Bilhetes do Tesouro, cuja utilização tem vindo a reduzir desde Setembro passado.

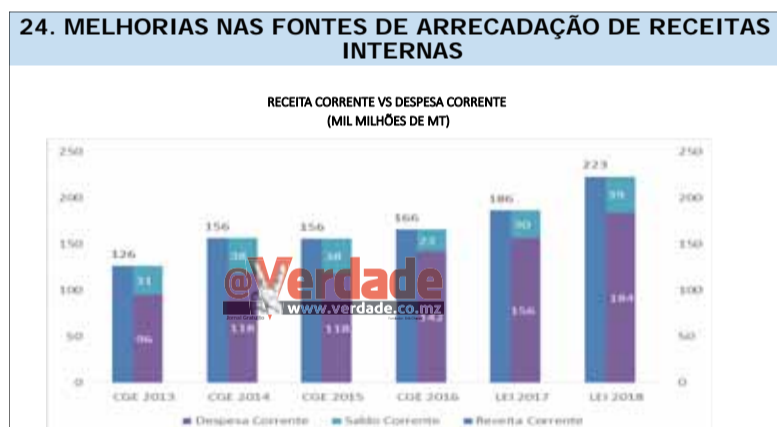
Contudo o ministro da Economia e Finanças explicou, durante um encontro que há algumas semanas teve com jornalistas em Maputo, que: “Esta ideia que o Estado está constantemente a ir buscar financiamento no banco central não é real”.

Adriano Maleiane disse que “o saldo primário está sempre bem controlado”, era de -3,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, cresceu para -1,2 por cento em 2017 e

dito Líquido ao Governo que tinha sido de 2 por cento do PIB em 2016 reduziu para -1 por cento em 2017 e deverá atingir 0,9 por cento do PIB em 2018.

Só metade da Dívida Pública Interna é novo endividamento, restante é consolidação de dívidas antigas do Estado

De acordo com os dados apresentados pelo titular da Economia e Finanças as Receitas Correntes continuam a ser superiores às Despesas



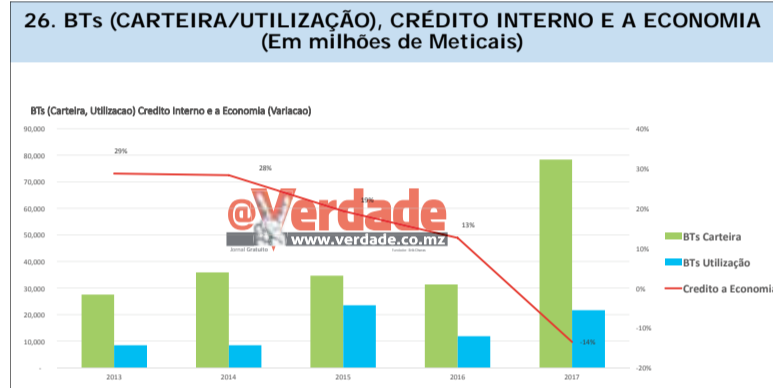
Correntes. Em 2016 a Receitas foram de 166 bilhões de metcais e as Despesas 142 bi-



lões, em 2017 subiram para 186 bilhões de metcais contra 156 bilhões de Despesas, e este ano as Receitas devem ficar-se pelos 223 bilhões de metcais e as Despesas nos 184 bilhões. “Sobra sempre algum dinheiro, em média 30 a 40 (bilhões de metcais)”, indicou Maleiane que declarou ainda que o Governo não se está a endividar todos os meses para pagar salários dos funcionários públicos.

“O que está a acontecer é que todos, incluindo a imprensa e o banco central também, olham para a dívida total que está a subir então surge o sentido de desespero. Na verdade é a Consolidação Fiscal, estamos a trazer para as contas toda esta dívida que o Estado tinha com a sociedade” declarou o ministro Adriano Maleiane.

ras, o reembolso do Imposto de Valor Acrescentado às empresas que se acumulou até 2014, empréstimos contraídos com aval do Estado para a construção de edifícios públicos, o pagamento da reestruturação da dívida ilegal da EMATUM, as amortizações realizadas de alguma da dívida ilegal, o colateral que tem sido necessário para a importação de combustíveis líquidos e as dívidas de bens e serviços ad-



quiridos ao sector privados desde 2007 porém não pagos por diversas instituições do Estado.

“Então quando trazemos para o Orçamento para ficar mais transparente não é um dinheiro adicional que vamos buscar mas é titularizar” explicou Maleiane que apresentou dados indicando que no início de 2018, quando a Dívida Pública Interna chegou ultrapassou os 100 bilhões de metcais apenas correspon-

dia a novo endividamento 54,2 bilhões de metcais.

Maleiane refuta crowding out sugerido pelo FMI

Ademais o ministro clarificou que: “Cada vez que há emissão de Bilhetes do Tesouro a percepção que fica, porque aquele que emite não explica, é que o Governo foi de novo buscar mais dinheiro ao sector financeiro. Todo os anos o Governo não esgota os Bilhetes do Tesouro que utiliza e em 2017 o banco central foi buscar muito mais para gerir a Política Monetária. Era necessário baixar a taxa de câmbio então foi lá secar a liquidez, e para tornar os títulos do Tesouro atractivo subiu-se a taxa (de remuneração) e a taxa de juro aumenta e ninguém vai buscar crédito”.

“Não é porque o Estado foi buscar dinheiro, o crowding out (como sugeriu o Fundo Monetário Internacional), é porque de facto a taxa de juro foi muito alta porque era o único instrumento, naquele momento, para trazer a inflação e a estabilidade da taxa de câmbio, não podia ser através da Política Fiscal” afirmou Adriano Maleiane enfatizando que “A Política Fiscal foi exactamente não ir buscar dinheiro ao sistema financeiro”.

→ continuação Pag. 09 - Autárquicas 2018: Renamo insiste que foi trapaceada, Frelimo queria mais municípios e MDM está conformado

ria da Frelimo, Verónica Macamo, reconhece que “infelizmente houve incidentes [entenda-se ilícitudes]”, mas em número reduzido e que não tira mérito, justiça e transparência ao processo.



Ela disse que as anomalias registadas deviam “servir de lição para que não voltem a ocorrer.”

“Gostaríamos de ter ganho em todas autárquias, mas respeitamos a vontade dos moçambicanos. Estamos gratos a todos aqueles que votaram na Frelimo”, disse Verónica Macamo, que é igualmente presi-

dente da Assembleia da República (AR).

Quando questionada que ilações tira das recentes eleições, a deputada afirmou: “saímos reforçados (...) e nas próximas eleições”, em 2019, “teremos melhores resultados.”

José de Sousa, mandatário do MDM, entende que as anomalias que provavelmente mancharam as eleições aconteceram desde o recenseamento eleitoral, estenderam-se até a campanha eleitoral e seguiram durante a votação e o apuramento dos resultados.

O @Verdade perguntou a José de Sousa que deduções fazia relativamente ao facto de o “galo” ter entrado na corrida eleitoral a gerir três municípios (Beira, Quelimane e Gúruè), dos quais perdeu dois.

A resposta, cautelosa, foi: “estas não são as últimas eleições. Futuramente haverá mais (...)”

Mundo
Justiça chilena nega ter condenado Igreja a indemnizar vítimas de padre pedófilo

A justiça chilena negou esta terça-feira que tenha sido deliberada qualquer condenação contra o Arcebispado de Santiago no caso de abusos cometidos por Fernando Karadima, entretanto expulso do sacerdócio pelo Papa.

Texto: Agências

A presidente do Tribunal de Recurso de Santiago, Dobra Lusic, confirmou esta informação, afastando notícias avançadas durante o fim-de-semana de que teria revertido uma decisão de primeira instância condenando a Igreja chilena a pagar uma indemnização a três vítimas do padre Fernando Karadima, acusado de, durante décadas, abusar sexualmente de menores.

Segundo as vítimas, citadas no domingo pela agência EFE, a Igreja deverá pagar 450 milhões de pesos (580 mil euros) a James Hamilton, Juan Carlos Cruz e José Andrés Murillo, após uma decisão unânime do tribunal.

A notícia, segundo a EFE, terá sido

avanzada pelo diário La Tercera.

Dora Lusic disse aos jornalistas que o presidente do nono juízo, Miguel Vásquez, lhe informou que não houve qualquer deliberação e que não existe sequer um projecto nesse sentido.

Os três denunciantes, que há alguns meses foram recebidos pelo Papa Francisco no Vaticano, processaram o arcebispado e acusaram os cardeais Francisco Javier Errázuriz e Ricardo Ezzati, o arcebispo emérito de Santiago e o actual titular da arquidiocese, respectivamente, de encobrir os abusos de Karadima.

Karadima, a quem os tribunais chilenos consideraram culpado, mas

sem o condenar por prescrição dos crimes, foi um influente pároco num bairro abastado de Santiago e formador de cinquenta sacerdotes, dos quais cinco se tornaram bispos.

Segundo dados da Procuradoria Nacional do Chile, actualmente existem 119 investigações em andamento contra 167 pessoas relacionadas a Igreja acusadas de supostos abusos sexuais e 178 vítimas, das quais 79 eram menores à data dos factos.

O Papa aceitou a renúncia de sete bispos chilenos, depois de em Maio os 34 bispos do país terem apresentado a sua renúncia ao pontífice, reconhecendo que cometeram “erros e omissões graves”.

Jovem preso sob suspeita de estrangular enteado em Sofala

Uma criança de dois anos de idade, do sexo masculino, morreu por estrangulamento na semana passada, no distrito de Dondo, província de Sofala. As autoridades policiais detiveram o padrasto da vítima, supostamente por ser o autor da desgraça.

Texto: Redacção

Anastácia Zeca, mãe do malogrado, garantiu que a morte ocorreu no dia 23 de Outubro. Nesse dia, ela saiu para vender pão e deixou a criança saudável com o seu marido.

No regresso, ela encontrou o filho desacordado e sem vida, a expelir saliva e sangue pela boca. Ao perguntar o que tinha se passado na sua ausência, o marido alegou que "não sabia de nada".

A mulher disse ainda que quis perceber do companheiro como é que uma criança que deixou com vida e sã morreu de repente. O marido foi parco em palavras e limitou-se a afirmar que desconhecia a causa.

Anastácia contou igualmente que a sua relação com o marido, ora detido no Comando Distrital de Dondo, era conturbada porque ele não aceitava a permanência do miúdo na casa.

Daniel Macuácuca, porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Sofala, disse que uma equipa de perícia esteve no local do crime e concluiu que a criança sofreu agressão física antes do estrangulamento. Fernando Silva é o único suspeito.

MASA ignora Tribunal Administrativo e OAM alerta para as implicações jurídicas

Os 10 dias que o Tribunal Administrativo da Cidade de Maputo decretou para o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) divulgar toda a informação relativa ao ProSavana esgotaram, há muito tempo, mas a instituição visada não tuguu nem mugiu.

Texto: Emildo Sambo

O MASA devia já ter disponibilizado a informação de interesse público re-

continua Pag. 12 →

"Mambas" dão trambolhão no ranking da FIFA devido as vitórias morais de Abel Xavier



Moçambique está em destaque no futebol mundial esta semana graças as vitórias morais da selecção comandada por Abel Xavier que registou a pior queda do mês no ranking composto por 211 países. Somando menos 24 pontos os "Mambas" caíram para a posição 122, a pior classificação desde 2006... e o seleccionador ainda não se demitiu, nem foi demitido!

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Eliseu Patife continua Pag. 12 →

Se a vontade popular nas urnas é inútil, "nunca teremos paz, nem daqui a 500 anos", segundo o coordenador da Renamo

O coordenador da Comissão Política Nacional da Renamo, Ossufo Momade, considera os resultados eleitorais chancelados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), na quarta-feira (24), a contragosto do seu partido, "uma autêntica farsa" susceptível de arrastar ao retrocesso as negociações em curso para a paz definitiva. Ele apela ao Presidente da República, Filipe Nyusi, a não ignorar as lamúrias e reivindicações do maior partido da oposição em Moçambique.

Texto: Emildo Sambo • Foto: Adrien Barbier

Doze dias depois de o líder interino da "perdiz" ter ameaçado entornar o caldo, pois acredita que as eleições autárquicas de 10 de Outubro corrente foram "um verdadeiro fiasco", ele voltou à carga. Desta vez, para declarar que a Renamo exige a constituição de "uma comissão de inquérito independente" que possa trazer a "verdade eleitoral" sobre o que se passou nos municípios de Monapo, Moatize, Alto Molócuè, Marromeu e Matola, onde reclama vitória.

Para o efeito, Ossufo Momade disse que o Chefe do Estado deve, na qualidade de mais Alto Magistrado da Nação e como contraparte nas negociações que visam o alcance da paz definitiva e reconciliação nacional, envia o esforço de modo a pôr termo às reivindicações de que o partido se queixa, estritamente atinentes às últimas eleições.

Do contrário, incorrer-se-á no risco de as "negociações em cur-



so caírem no retrocesso (...)"

Segundo o general, "podemos chamar os peritos militar de todo o mundo" para intermediarem as nossas desinteligências, mas "enquanto nós como povo não tivermos a coragem de resolver os nossos problemas essenciais, as nossas contradições", que são em parte "resultado das fraudes eleitorais, nunca, mas nunca

mesmo, termos um ambiente social que permita a convivência pacífica e o desenvolvimento económico".

Recorrendo a figura de estilo, Ossufo Momade disse: "temos que ter a coragem de curar, definitivamente, as nossas feridas aplicando o medicamento certo. Isto é, respeitar

continua Pag. 16 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 11 - "Mambas" dão trambolhão no ranking da FIFA devido as vitórias morais de Abel Xavier

O corolário dos alegados dois melhores jogos da principal equipa de futebol de Moçambique, na auto avaliação do treinador Abel Xavier, mas que resultaram em vergonhosas derrotas diante da Namíbia, primeiro em Maputo e depois em Windhoek, é o pior registo do ranking da FIFA no mês de Outubro para os "Mambas": foi uma das seleções que perdeu mais pontos, a par da República Democrática do Congo, e a que registou a pior queda posicional dentre as 211 inscritas.

Com a perda de 24 pontos os "Mambas" caíram da posição 113, em Setembro, para o lugar 122 na actualização feita esta quinta-feira (25), pelo organismo que rege o futebol mundial.

"É inquestionável, é um facto, o jogo jogado não falou verdade ontem. Em todos os jogos deste grupo Moçambique tem marcado, e todos os jogos, coisa que não acontecia há muitos anos. Em todos os jogos Moçambique tem sido determinante, dominante em vários momentos do jogo, em termos do jogo de ontem foi a maioria do tempo. Portanto eu estou extremamente orgulhoso do rendimento da estrutura, de todos os jogadores da minha equipa" auto avaliou-se o se-

leccionador que atribuiu as derrotas, e o empate com a Guiné-Bissau em Maputo, ao mau trabalho das equipas da arbitragem e a uma alegada cabala do continente contra o sucesso dos "Mambas".

O facto é que esta é a pior classificação de Moçambique no ranking da FIFA desde 2006. Na altura a selecção era comandada por Artur Semedo que devido a desastrosa qualificação para o Campeonato Africano das Nações (CAN) de 2008 arrastou os "Mambas" até a posição 134.

Faizal Sidat, o então presidente da Federação, não renovou o contrato do moçambicano e em Fevereiro de 2007 entregou o comando ao holandês Mart Nooij que conduziu a selecção para uma das melhores classificações de sempre, o lugar 72 alcançado em 2009.

"Eu demitir-me? Não"

Quando o inexperiente treinador luso-moçambicano assumiu o comando os "Mambas" ocupavam o 107º lugar e disputavam as qualificações para o CAN de 2017 e o Mundial de 2018, que acabaram em fracassos.

Após uma ingloria participa-



ção na Taça COSAFA de 2016, ironicamente com uma vergonhosa derrota para a Namíbia, a selecção de Moçambique só conseguiu dar um pontapé à crise de maus resultados em Junho de 2017, quando em pleno estádio Levy Mwanawasa derrotou a Zâmbia.

A auto-estima dos moçambicanos inflamou, a selecção ascendeu ao top 100, na posição 97, mas a fraqueza do futebol moçambicano acabou por vir à tona. Primeiro com um empate amargo com a Guiné-Bissau no estádio nacional do Zimpeto seguido por uma surpreendente derrota diante dos namibianos.

A precisar de quase um milagre para apurar-se para o Campeonato Africano das

Nações de 2019 a selecção de Moçambique conseguiu a proeza de tornar-se a pior classificada no ranking da FIFA dentre as participantes do Grupo K e ainda amarga a posição 31? entre as 54 equipas africanas.

Serve de alguma consolação o facto de Moçambique não ser a pior das seleções dos PALOPS, apenas atrás de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, a selecção de Angola amarga o lugar 130 enquanto São Tomé e Príncipe está no 187º.

"Eu demitir-me? Não. Eu estou ciente que haja descontentamento a minha figura, eu sou uma parte, uma parcela de muita coisa como estrutura(...) A questão da vitória e da derrota, em

qualquer parte do mundo, um treinador quando perde as pessoas não querem perceber porque perdeu" declarou Abel Xavier na auto avaliação que fez em conferencia de imprensa após as duas derrotas dos "Mambas".

Madagáscar no top 100

A Tunísia continua a liderar o ranking nível do continente Africano seguida pelas seleções do Senegal, Nigéria, República Democrática do Congo, Marrocos, Camarões, Gana, Burquina Faso, Egipto e Costa do Marfim.

Madagáscar, que no início deste mês classificou-se para o seu primeiro CAN, entrou no top 100 pela primeira vez.

A nível mundial, a Bélgica assumiu a liderança do ranking com um ponto de vantagem sobre a França, depois da inédita liderança partilhada, em Setembro. Brasil, Croácia, Inglaterra, Uruguai, Portugal, Suíça, Espanha e Dinamarca ocupam os outros lugares do top 10.

Gibraltar, que só se tornou membro da FIFA em 2016, subiu oito posições e chegou ao 190º lugar, a sua melhor classificação até agora.

→ continuação Pag. 11 - MASA ignora Tribunal Administrativo e OAM alerta para as implicações jurídicas

Sociedade

lativa à implementação daquele programa. Porém, está fechado em copas.

Devia ainda ter divulgado as "decisões passíveis de interferir na esfera dos direitos e liberdades dos cidadãos", particularmente os "relativos à terra, segurança alimentar e nutricional das comunidades abrangidas pelo ProSavana", segundo a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM).

Sensivelmente um mês passou e tudo o que diz respeito ao ProSavana, um projecto trilateral, de desenvolvimento agrário, entre os governos do Brasil, do Japão e de Moçambique, mantém em segredo dos deuses.

Depois de no dia 27 de Setembro último a OAM ter tornado pública a decisão do Tribunal Administrativo da Cidade de Maputo, nesta quinta-feira (25) alertou que o facto de o MASA não acatar uma decisão judicial dá lugar, "nos termos da lei do contencioso administrativo, a uma acção de execução contra o ministro responsável" [Higino de Marrule].

O Bastonário da OAM, Flávio Menete, disse a jornalistas que Higino de Marrule não só pode ser responsabilizado por desobediência, como

também pode ser multado com valores que variam de 25 a 100 por cento do máximo do salário mínimo e multa diária até que a decisão judicial seja efectivamente cumprida.

Flávio Menete explicou que questões tais como os mecanismos de transformação do pequeno agricultor em agricultor comercial e o acautelamento das implicações jurídicas das terras das comunidades, que os gestores do ProSavana pretendem ocupar, preocupam vários segmentos sociais e carecem de esclarecimento.

O receio das comunidades, sobretudo aquelas que serão afectadas pelo programa, cresce no meio de tamanho silêncio. A contestação das organizações da sociedade civil moçambicanas e internacionais parece ter abrandado mas basta ouvir-se falar novamente do ProSavana para as zangas despertarem.

Se por um lado o Executivo moçambicano acredita que o ProSavana vai assegurar a produção de comida e o incremento da produção de produtos como soja, para a exportação, a sociedade civil não tem dúvidas de que milhões de camponeses vão perder as suas terras.

Moçambola 2018: União Desportiva de Songo poderá celebrar o bi-campeonato em Quelimane

A União Desportiva de Songo poderá celebrar o bi-campeonato nacional de futebol já no próximo domingo (28) se vencer o 1º de Maio em Quelimane. Os "hidroeléctricos" podem ainda comemorar antecipadamente se fizerem o mesmo resultado que o Ferroviário de Maputo na deslocação à cidade da Beira.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Com duas jornadas para serem disputadas, mais 3 pontos do que o Ferroviário de Maputo e ainda vantagem no confronto directo a União depende apenas da eficácia do seu futebol para chegar a um inédito bi-campeonato já na jornada deste fim-de-semana quando enfrentar os "trabalhadores" no sempre difícil campo do Ferroviário de Quelimane, onde nunca saíram vitoriosos.



Mas a equipa agora treinada por Nacir Armando poderá também tornar-se virtual campeão mesmo que empate, e o Ferroviário empate, ou mesmo se perder e os "locomotivas" de Maputo igualmente perderem.

Embora dependam apenas de si os representantes da provincia de Tete têm ainda ao seu favor o aparente desnorte que assolou o seu principal rival na luta pelo título. Após a difícil vitória sobre o Textáfrica na semana passada, foi preciso fazer uma cambalhota a uma desvantagem de 2 golos, o treinador Nelson Santos anun-

ciou a sua demissão assim que o Moçambola 2018 terminasse. Todavia a direcção do Ferroviária da capital do país antecipou-se e resolveu demitir o técnico no início da semana.

Caló, habitual solução da casa, vai treinar os "locomotivas" primeiro na difícil deslocação ao Chiveve, para defrontar o homónimo local, e depois na recepção à ENH.

Apesar do Ferroviário da Beira ter garantido a sua manutenção no Moçambola em 2019, com um empate sem golos na quarta-feira diante do Desportivo de Nacala, tem a tradição de ser um adversário difícil que ao contrário de outros ferroviários não tem facilitado a vida aos "locomotivas"

da sede.

Marcados para domingo com início as 15 horas eis as partidas da 29ª jornada:

Incomati	x	Clube de Chibuto
Sporting Nampula	x	Desportivo de Nacala
Maxaquene	x	U. P. de Manica
1º de Maio Quelimane	x	União Desp. Songo
ENH Vilanculo	x	Costa do Sol
Ferroviário da Beira	x	Ferroviário de Maputo
Textáfrica	x	Liga Desp. Maputo
Ferroviário de Nacala	x	Ferroviário de Nampula

A classificação está desta forma ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	União Desp. Songo	28	17	6	5	36	23	57
2º	Fer. de Maputo	28	17	3	8	30	19	54
3º	Liga Desp. Maputo	28	14	6	8	35	24	48
4º	Fer. de Nampula	28	12	9	7	41	28	44
5º	Clube de Chibuto	28	11	8	9	35	20	41
6º	Maxaquene	28	10	10	8	31	26	40
7º	Textáfrica	28	10	9	9	24	31	39
8º	Costa do Sol	28	9	11	8	22	14	38
9º	Fer. da Beira	28	9	9	10	34	26	36
10º	Desp. de Nacala	28	9	7	12	22	24	34
10º	ENH de Vilanculo	28	9	7	11	20	27	34
10º	Incomati	28	8	10	10	18	20	34
13º	Fer. de Nacala	28	7	10	11	15	22	31
14º	U. P. de Manica	28	7	9	12	21	32	30
14º	1º Maio Quelimane	28	8	6	14	21	32	30
16º	Sport. de Nampula	28	4	7	17	17	52	19

→ continuação Pag. 09 - Autárquica 2018: CNE divulga resultados gerais e faz vista grossa às irregularidades em cinco municípios reclamados pela Renamo



trabalho lhes competia com zelo e imparcialidade, durante o apuramento intermédio dos resultados.

A CNE recorreu à votação e só assim os resultados foram declarados válidos mercê do beneplácito da própria Frelimo, que não só controla e dirige o órgão, como também tem maior número de vogais/membros.

Oito vogais do “partidão” negaram, de pés juntos, a recontagem de votos, a pedido de Renamo, alegadamente porque as cinco autarquias ora em contestação já eram alvos de recursos e contencioso eleitoral.

Aquele órgão é composto por 17 vogais, sendo um presidente e dois vice-presidentes, distribuídos da seguinte maneira: cinco da Frelimo, quatro da Renamo, um do MDM sete membros das organizações da sociedade civil.

Abdul Carimo absteve-se de votar e o MDM fez o mesmo.

No seu voto vencido, seis membros da CNE disseram que discordavam da deliberação no. 86/CNE/2018, de 23 de Outubro, atinente à centralização nacional e ao apuramento geral das quintas eleições autárquicas, tornados públicos há menos de 24

horas.

Os vogais classificaram as irregularidades que aconteceram em Monapo, Moatize, Alto Molócuè, Marromeu e Matola como “graves e susceptíveis de influir nos resultados finais (...)”.

Adicionalmente, eles julgaram que ao recusar levar a peito as anomalias verificadas naqueles municípios, a CNE está a agir como “mero espectador do festival de irregularidades e violação da legalidade eleitoral”.

A postura daquela entidade de gestão e supervisão eleitoral, ainda na óptica dos vogais, equivale a uma tentativa clara de apadrinhar as ilegalidades e um “claro esforço de colocar no poder dirigentes e organizações que não foram eleitos pelo povo, o que subverte não só a lei eleitoral e a Constituição da República, como também os nobres princípios de justiça social”.

De acordo com o mapa de centralização nacional e do apuramento geral, a Frelimo beneficiou de 230 votos requalificados em pelo menos 23 autarquias, contra 60 do MDM (Beira) e 37 da Renamo.

#ideate Bootcamp: Sonhos dos jovens associados a estímulos contribuíem para o desenvolvimento do País

A valorização das ideias e dos sonhos dos jovens pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do País, principalmente se estiver associada ao estímulo à inovação e ao empreendedorismo, defendeu Alfredo Lemos, director de Operações do Standard Bank, durante o encerramento da segunda edição do #ideate Bootcamp, um programa de imersão empresarial organizado pelo banco, através da sua Incubadora de Negócios, com o suporte técnico da ideiaLab.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

A iniciativa, que decorreu entre os dias 18 e 20 de Outubro e que contou com a participação de 42 jovens, foi concebida para transmitir ferramentas essenciais para elevar uma ideia aos níveis de implementação e crescimento, ajudando os jovens, em particular, a resolver os problemas das comunidades de forma simples e criativa, para além de gerar postos de trabalho.

Conforme explicou Alfredo Lemos, através do #ideate Bootcamp, o Standard Bank pretende contribuir activamente para o crescimento do País, "criando um espaço onde os jovens possam expor as suas ideias e sonhos e aprender a transformá-los em negócio".

"Estamos implantados em Moçambique há 124 anos e julgamos ser importante retribuir o que o País tem dado ao Standard Bank. Queremos, através do apoio aos jovens, ajudar a resolver os principais problemas das comunidades nos diversos sectores, tais como o agro-negócio, a saúde, o comércio, entre outros", disse o director de Operações do Standard Bank.

Durante os três dias, foram transmitidas aos participan-

tes ferramentas importantes para a estruturação de uma ideia de negócio, bem como formas de abordar o mercado no qual se pretende implementar a ideia.

Na formação, os participantes foram submetidos ao processo de Lean Startup e Design Thinking para entender os desafios da comunidade e validar os seus pressupostos; design e construção de um Produto Mínimo Viável (MVP) e construção do Value Proposition Canvas e do Business Model Canvas das várias ideias de negócio.

No fim, os jovens fizeram um Pitch (apresentação) dos seus projectos, tendo aplicado os conhecimentos adquiridos na formação e as sugestões colhidas do público interpelado nas artérias da cidade durante o processo de validação das ideias.

Para a coordenadora do #ideate Bootcamp, Adeline Nhanala, os participantes demonstraram maturidade e dedicação durante a formação, o que contribuiu para a qualidade das ideias por si apresentadas.

"As soluções que eles apresentaram para os problemas das comunidades são inovadoras e



diferentes umas das outras. A entrega, por parte dos jovens, e as ferramentas adquiridas durante o #ideate Bootcamp foram importantes para esta evolução", realçou Adeline Nhanala, para quem, depois desta formação, os participantes já se sentem estimulados a apostar no empreendedorismo.

Por sua vez, os participantes consideraram que a formação serviu, principalmente, para despertá-los para as oportunidades que o mercado oferece, para além transmitir ferramentas para tirar proveito delas (as oportunidades).

"Os jovens têm falta de plataformas ou iniciativas como o #ideate Bootcamp, que ajudam a abrir as nossas mentes. Cheguei aqui sem saber como materializar as minhas ideias,

mas durante os três dias aprendi muito e já me sinto preparado e com ferramentas necessárias para dar corpo aos projectos que tenho", afirmou José Psico Júnior, um dos participantes.

Yúncie Monjane é empreendedora (beleza e venda de roupa plus size) e considerou que os conteúdos ministrados no #ideate Bootcamp mudaram a sua visão sobre o mercado no qual actua.

"Há muita coisa que vai melhorar no meu negócio. Graças ao #ideate Bootcamp já sei lidar como os meus clientes e como me comportar perante eles, já sei que estratégias devo usar para abordar o mercado, etc. Acho que esta formação devia ser contínua", defendeu Yúncie Monjane.

Mundo

Primeiro-ministro australiano apresenta raro pedido de desculpa por abusos sexuais a menores

O primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, apresentou esta segunda-feira um raro pedido de desculpa nacional às vítimas de abusos sexuais a menores e às suas famílias.

Texto: Público de Portugal

É a segunda vez desde 2008 que o governo de Camberra tem este gesto institucional. A última vez que isso aconteceu foi quando o então primeiro-ministro Kevin Rudd pediu desculpa aos indígenas australianos que foram retirados forçosamente das suas terras e famílias.

Desta vez, Morrison deslocou-se ao Parlamento, onde estavam presentes cerca de 800 vítimas de abusos sexuais em menores, para pedir desculpa depois de terminado um inquérito de cinco anos que desvendou mais de 8000 casos de abusos sexuais, principalmente em instituições religiosas e estatais responsáveis pelo acolhimento de crianças.

"Hoje, como nação, estamos confrontados com o nosso falhanço em ouvir, acreditar, e providenciar justiça", disse o primeiro-ministro conservador no seu discurso. "Pedimos desculpa. Às crianças a quem falhámos, desculpem. Aos pais cuja confiança foi traída e que lutaram para apanhar os cacos, desculpem", cita a Reuters.

Este tipo de pedidos de desculpa nacionais está reservado a situações onde o

Estado tem uma responsabilidade flagrante em delitos graves.

"Os crimes de rituais abusos sexuais aconteceram em escolas, igrejas, grupos de jovens, escoteiros, orfanatos, lares de adopção, clubes desportivos, instituições de caridade, e também em casas de família", continuou Morrison, num discurso que, segunda relata a comunicação social, emocionou muitas das vítimas presentes no Parlamento.

"Aconteceram onde quer que o predador pensasse que podia sair impune, e os sistemas dentro dessas organizações permitiram que isso acontecesse e fizeram vista grossa. Aconteceu dia após dia, semana após semana, mês após mês, década após década, um tormento implacável", disse o primeiro-ministro na intervenção acompanhada em directo pela televisão em todo o país – foram abertas salas públicas em várias cidades australianas para que as pessoas pudessem acompanhar o discurso.

Quando uma criança falava, não acreditavam e os crimes continuavam impunes. Um sobrevivente disse-me que

quando contou a um professor os seus abusos, aquele professor tornou-se o seu abusador seguinte – confiança quebrada, inocência traída, poder e posição explorados por crimes malignos e obscuros", afirmou ainda.

"Foi muito, muito intenso estar naquela sala", disse Graeme, uma vítima que se identificou apenas com o primeiro nome, a uma televisão australiana, citado pela Reuters. "Olhei em volta e pensei: não há uma sala com gente mais forte em nenhum lado neste país."

O Governo australiano criou já este ano um mecanismo para pagar cerca de 150 mil dólares australianos (mais de 92 mil euros) em compensações a cada vítima de abusos sexuais.

Mas além disso, o executivo conservador ainda tem de decidir se cumprirá as 409 recomendações apresentadas nas conclusões do inquérito, sendo que 122 envolvem directamente o Governo. Entre outras coisas, recomenda-se que os pais sejam obrigados a reportar abusos sexuais de menores que oíçam durante as confissões.

Política do emprego: Quadros do MITESS capacitados pela OIT

Quadros do Governo beneficiam desde segunda-feira, 22 de Outubro, em Maputo, de uma formação em matérias de liderança na implementação da política de emprego, como objectivo de reforçar o conhecimento dos intervenientes sobre a matéria, promovida pelo ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz



A capacitação, cujo término está previsto para o dia 26 de Outubro, visa, igualmente, abordar o plano de acção da política de emprego, a transposição da acção para o nível provincial e vai ainda partilhar as experiências e perceptivas dos participantes.

Graça Mula, secretária permanente do MITESS, que dirigiu a cerimónia de abertura do evento, disse que a implementação desta política é, o reafirmar dos esforços na redução da pobreza, através da implementação de medidas estratégicas que capacitem as pessoas a tornarem-se cidadãos plenos, produtivos e membros da economia de mercado nacional.

Graça Mula avança que a planificação da política de emprego, a orçamentação para o emprego e a equidade do género, constituem temas de destaque a serem abordados neste encontro. A secretária permanente disse também que a comunicação é outro veículo importante que emana da necessidade na divulgação dos conteúdos, processos, objectivos e os resultados a serem alcançados.

"Estamos em crer que no final do curso teremos quadros preparados para dinamizar o processo de implementação a nível local, afinal este constitui igualmente um espaço para partilha da nossa visão e perceptivas no domínio do emprego", concluiu Graça Mula.

Por sua vez, Marta Isabel Maté, directora Nacional do Trabalho disse ser necessário a implementação urgente desta política de emprego, através da inclusão das suas actividades, num ciclo de planificação nacional, isto é, no Plano Económico Social (PES), e nos Orçamentos do Estado (OE).

Para tal, segundo a directora Nacional do Trabalho, é através deste encontro de capacitação de líderes que o MITESS, está a reunir os implementadores, que são neste caso, o governo e parceiros sociais, para rever as actividades, a política de emprego e falar também da orçamentação por ser uma política de âmbito nacional.

"Espera-se que depois de capacitados os directores provinciais e outros líderes, de cada uma das províncias, possam influenciar as actividades com planos a nível local, difundindo para todos os actores envolvidos neste plano de acção, onde vai-se orçamentar os projectos, pensando no emprego e contabilizando os ganhos", frisou Marta Isabel Maté.

Edmundo Werna, representante da OIT em Moçambique, disse que o projecto Moztrabalha apoia a geração de emprego e renda em Moçambique junto do Ministério de Trabalho Emprego e Segurança Social, à escala nacional. Para Werna, os trabalhadores moçambicanos são a âncora dos projectos da OIT. Esta é a fase crucial de todos os projectos, porque lida com a formação em liderança, isto é, formando formadores a nível dos governos provinciais.

Werna disse ainda que nesta capacitação serão formados cerca de 50 líderes do governo à escala nacional. O projecto, segundo ele, tem várias actividades, mas esta é para a ampliação de conhecimentos.

De referir que este programa da OIT, já criou pouco mais de 1500 novos postos de trabalho no país, e está perto dos 20 por cento da conclusão.

Standard Bank e AutoGest trazem experiência Land Rover e Jaguar a Maputo

O Standard Bank, em parceria com a AutoGest, a concessionária da Land Rover e Jaguar em Moçambique, proporcionou, aos seus clientes, a oportunidade de conhecer e desfrutar de uma seleção de quatro modelos das marcas.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se do Range Rover Sport e do Range Rover SVAutobiography, bem como do Jaguar E-Pace e Jaguar F-Pace, que são veículos dotados de luxo e da mais alta tecnologia disponível no mercado e concebidos para oferecer conforto e segurança durante a condução.



A sessão de apresentação e teste destes modelos, que teve lugar na sede do Standard Bank, contou com a presença de especialistas das duas marcas, provenientes da África do Sul, que, de forma pormenorizada, explicaram as especificidades de cada viatura aos clientes durante uma experiência de condução.

De acordo com a responsável pelo Departamento de Leasing do Standard Bank, Stella Machel, a iniciativa surge "como forma de proporcionar uma experiência inovadora e de sonhos aos nossos clientes, no quadro da nossa estratégia de radicalizar a forma como disponibilizamos os nossos produtos e serviços".

"O cliente está no topo das nossas prioridades e, com este evento, pretendemos que eles tenham esta experiência em primeira mão como estamos a testemunhar", explicou Stella Machel, que referiu que as viaturas podem ser adquiridas por via do serviço Leasing, oferecido pelo banco.

O Leasing do Standard Bank apresenta taxas bastante competitivas, tanto para viatura novas bem como em segunda-mão. O banco tem parceria com quase todas

concessionárias existentes no país, o que garante acessibilidade de viaturas em qualquer ponto de Moçambique.

Para além de viaturas, acrescentou Stella Machel, os clientes podem através do Leasing do Standard Bank adquirir todo o tipo de equipamentos especializados (mobiliário de escritório, hospitalar; equipamento agrícolas e de construção, etc) para fins diversos.

"O Standard Bank estrutura a sua oferta de produtos e serviços em função das necessidades dos seus clientes, por isso está aberto para analisar qualquer proposta de locação financeira para activos móveis", explicou a responsável pelo Departamento de Leasing do banco.

Por seu turno, Nicole Guimarães, directora comercial da AutoGest, mostrou-se feliz e, até certo ponto, surpreendida com o nível de adesão à iniciativa por parte dos potenciais clientes, fruto da parceria com o Standard Bank.

O que se pretendia com o evento, referiu Nicole Guimarães, "era mostrar o que nos diferencia das outras marcas, apresentando aos

potenciais clientes viaturas adequadas ao nosso mercado, ágeis, dinâmicas e detentoras do mais alto nível de luxo e requinte".

Relativamente à parceria com o Standard Bank, a directora comercial da AutoGest considerou-a perfeita, tendo em conta que "conseguimos identificar no mercado um público que vai ao encontro dos nossos objectivos".

"É uma parceria bem-sucedida e baseada em experiências que a AutoGest e o Standard Bank procuram transmitir aos seus clientes. É disto que as parcerias são feitas", afirmou Nicole Guimarães.

A iniciativa de apresentar e disponibilizar as viaturas para o teste é vista pelos clientes do Standard Bank como uma forma de os ajudar a fazer escolhas acertadas na altura de adquirir um meio de transporte.

"O que o banco e a concessionária estão a fazer é levar o serviço ao cliente, que muitas vezes não tem tempo, oportunidade ou vontade de testar uma coisa", asseverou Paulo Samo Gudo, para quem esta iniciativa transmite confiança e segurança aos clientes.

TDM/mcel procedem à chamada de credores

As empresas TDM-Telecomunicações de Moçambique e mcel-Moçambique Celular procederam, quarta-feira, 24 de Outubro, em Maputo, à chamada de credores, com o objectivo de proceder à conciliação dos valores dos créditos por eles detidos, a ser assumidos pela nova entidade resultante do processo de transformação e fusão em curso, que deverá ser concluído ainda este ano.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Trata-se de uma fase derradeira do referido processo, que conduzirá à reconciliação e fixação das dívidas reais que a mcel e a TDM assumirão perante os credores, havendo, por isso, a necessidade de confrontar os lançamentos das dívidas e fixá-las.

De acordo com Mário Luís Albino, Administrador Financeiro da TDM-mcel, que conduz esta componente do processo de fusão entre as operadoras, torna-se "necessário conciliar os números, porque nem sempre o valor da dívida escriturada nas duas operadoras representa a dívida real que deve transitar para a nova entidade".

Aditou que "se enceta esta chamada de credores para, com cada um, fixar os valores das dívidas que vão ser integralmente assumidas pela nova empresa que resultará da fusão", realçou o administrador, juntando que se trata de uma questão crucial para salvaguarda dos interesses dos credores e subsequente viabilização da fusão.

Numa primeira fase, conforme explicou Mário Luís Albino, realizar-

-se-ão encontros com instituições bancárias credoras, devido à sua dimensão, seguindo-se sessões com os grandes credores, cujas dívidas estão acima de 40 milhões de meticais e, por fim, reunir-se-á com os credores de pequena dimensão.

Enfatizou que "todos os credores serão tratados igualmente, independentemente da sua dimensão, pois terão oportunidade para apresentar os créditos reclamados, que, após verificação nos respectivos livros de contabilidade, registem instrumento próprio, serão assumidos pela nova entidade resultante da fusão".

Finalmente, adiantou que "com a implementação dos projectos de modernização da infraestrutura da rede móvel e da rede nacional de transmissão (Backbone), incluindo as redes metropolitanas, a nova entidade ficará dotada de capacidade e robustez financeira para fazer face e honrar escrupulosamente os compromissos assumidos pelas duas empresas em processo de fusão", concluiu.

Mundo

Em 80% das estradas de Madrid já não se pode circular a mais de 30 km/hora

Entrou em vigor nesta quarta-feira as novas regras de mobilidade em Madrid, a capital espanhola. As principais alterações dizem respeito aos limites de velocidade - a partir de agora, nas estradas de sentido único e nas de uma só faixa por sentido não se pode andar a mais de 30 km/hora.

Texto: Público de Portugal

As medidas têm como objectivo beneficiar a mobilidade dos peões e a coexistência entre carros e bicicletas.

As bicicletas poderão também virar à direita com o semáforo vermelho, desde que esteja expressamente indicado e as trotinetes eléctricas ficam proibidas de circular nos passeios, devendo fazê-lo nas faixas destinadas às bicicletas.

Segundo o El País, a Câmara Municipal de Madrid explica que estas novas regras regulam "pela primeira vez novas formas de mobilidade compartilhada e urbana, potenciam o transporte público frente ao privado e a segurança vial e aumenta a

protecção do peão".

Segundo cálculos da autarquia madrilenha, o novo limite de velocidade afectará 80% das ruas de Madrid, sendo que apenas as estradas com duas ou mais faixas serão limitadas a 50 km/hora. Acima disso, apenas nas grandes vias de acesso à cidade.

Além disso, nas zonas chamadas de "plataforma única", ou seja, onde o passeio está ao mesmo nível da estrada, o limite de velocidade passa a ser de 20km/hora e os peões têm prioridade para atravessar em qualquer lugar, independentemente da existência de passadeira.

Desporto

AS Vita da RD Congo e Raja Casablanca de Marrocos na final da Taça da CAF

O AS Vita da República Democrática Congo e o Raja Casablanca de Marrocos disputarão a final da Taça da Confederação Africana de Futebol (CAF) de 2018, depois de eliminarem respectivamente o El Masry do Egipto e o Enyimba da Nigéria na termo das meias-finais da segunda mão ocorridas quarta-feira última.

Texto: Agências

O AS Vita venceu o El Masry por 4-0 na segunda volta depois de empataram a zero bola (0-0) no jogo da primeira mão disputado no Egipto.

Por seu turno o Raja, derrotou por 2-1 o Enyimba em Casablanca na segunda mão após uma vitória de 1-0 sobre o mesmo na primeira mão na Nigéria.

A final da primeira mão vai ser disputada a 25 de Novembro próximo enquanto a segunda fase está previsto para 2 de Dezembro de 2018.

Al-Ahly do Egipto contra Esperance de Tunis na final da Liga Africanos dos Campeões de Futebol

O Al-Ahly do Egipto defronta o Esperance da Tunísia em jogo da fase final da Liga dos Campeões Africanos de Futebol de 2018.

Texto: Agências

A primeira mão da final está marcada para 2 de Novembro próximo no Egipto devendo a segunda volta ocorrer sete dias mais tarde na Tunísia.

O Al-Ahly, octocampeão da Liga dos Campeões Africanos, foi derrotado em casa por 1-2 pelo ES Setif na segunda mão após de ganhar a primeira mão por 2-0.

Derrotado por sua vez por 0-1, na primeira mão, pelo Primeiro de Agosto de Angola, o Esperance, de Tunis bicampeão nesta competição, venceu por 4-2 na segunda mão.

→ continuação Pag. 03 - Continuamos a ter uma CNE que funciona à reboque do STAE, sendo este último, numa clara subversão da Constituição, da lei e da jurisprudência do próprio Conselho Constitucional*

nal, senão vejamos:

1. De acordo com o artigo 108 da lei n.º 7/2017, de 3 de Agosto, o presidente da mesa de cada assembleia de voto comunica, de imediato, os elementos constantes do edital previsto no artigo 107 da presente Lei, através do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral respectivo, à Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade que, por sua vez, os transmite à Comissão Provincial de Eleições e esta, directamente à Comissão Nacional de Eleições.

Ora, salvo melhor entendimento, em momento algum tomei conhecimento de que esta estatuição legal tenha sido cumprida.

2. Os resultados que a Comissão Nacional de Eleições obteve e anunciou, as 14 horas do dia 11 de Outubro de 2018, foram preparados pelo STAE, tendo este órgão, estrategicamente e ao arripio da transparência, imparcialidade e justiça, apresentando dados consolidados em municípios em que o partido no poder liderava a contagem.

Em todos municípios onde os partidos da oposição estavam em vantagem, a CNE alegou, regra geral, que não tinha dados. Conseguimos a proeza de anunciar dados de locais distantes, mas não tinhamos dados de algumas capitais provinciais tais como Beira, Nampula ou Quelimane, por exemplo.

3. Este comportamento foi caucionado pela CNE (pelo menos por omissão do dever) e lançou um manto de suspeitas e desconfiança, o que colocou em causa todo investimento feito, visando um processo eleitoral livre, justo e transparente.

4. Na opinião pública, a CNE e o STAE, claramente, actuam a favor do partido no poder, em prejuízo dos demais. Se não foi uma atitude deliberada, então falhamos na nossa missão de orientar o STAE para pautar pela imparcialidade e conformar a sua actuação com base na lei.

5. Por outro lado, é meu entendimento que a Comissão Nacional de Eleições devia ter se reunido nas 24/48 horas seguintes para fazer uma avaliação do processo de votação e proceder ao acompanhamento e orientação do processo de apuramento intermédio dos resultados

da votação. A nossa atitude foi passiva e permissível, mesmo diante de informações que eram anunciadas pela comunicação social.

No intervalo destes 13 dias, muitas situações de enorme gravidade foram ocorrendo em pelo menos cinco municípios, havendo casos de manifesta subversão da vontade popular por parte de agentes do STAE distrital e Comissão Distrital/Cidade.

Quero aqui destacar os casos registados nos Municípios de Moatize, Marromeu, Alto Molocué e Monapo.

É verdade que o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, através do Despacho n.º 27/CNE/GP/2018, de 15 de Outubro, solicitou esclarecimentos junto das Comissões Provinciais de Eleições, sobre os factos ocorridos antes e ou durante o apuramento parcial e intermédio.

Das respostas enviadas pelos órgãos de apoio da CNE, resulta que houve irregularidades graves que influíram substancialmente no resultado da eleição nos referidos municípios.

Neste contexto, a Comissão Nacional de Eleições deveria ter acolhido a proposta por nós apresentada no sentido de ordenar a recontagem dos votos pelo menos no Município de Monapo e Alto Molocué, ao abrigo do n.º 1 do artigo 145 da lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto. No caso destes Municípios, existem divergências entre a acta e edital do apuramento intermédio enviado à CNE e aquela que foi distribuída aos partidos políticos. Temos casos de discrepâncias entre as actas do apuramento intermédio com as actas da centralização provincial realizada pelo STAE.

No edital de apuramento intermédio de Alto Molocué, a Comissão de Eleições local reconhece a ocorrência de irregularidades graves e actuação fora do quadro legal ao referir que “deliberou-se que os editais e as actas desaparecidas e recuperadas são válidas, visto que houve uma vandalização de outros documentos, e para não parar o processo, achou-se melhor validar as actas achadas”!!!!!!!.

A CNE ao recusar verificar a legalidade dos actos ocorridos no apuramento intermédio de Alto Molocué e Monapo, apadrinha a subversão

dos resultados eleitorais a favor de quem perdeu as eleições.

No que concerne aos Municípios de Moatize e Marromeu, as irregularidades foram tão graves que a única alternativa justa e viável passa por julgar nulas as eleições.

No caso de Moatize, a Comissão Distrital de Eleições agiu à margem da lei ao ter deliberado o “arrombamento do armazem dos materiais eleitorais” bem como, “aprovou a recontagem dos votos” sem mandato legal para o efeito. O apuramento foi feito à calada da noite e na ausência de parte dos membros daquele órgão.

Em Marromeu, o Tribunal Judicial, apesar de indeferir o recurso de um dos partidos concorrentes por enfermar de vícios de forma, mormente, o instituto de impugnação prévia, reconhece que “ficou provado em sede de audiência de discussão e julgamento, pelos depoimentos tanto do requerente assim como da polícia que não havia clima para apresentação das reclamações devido aos tumultos que se verificaram na respectiva escola...”. Na sua decisão, o Tribunal Judicial de Marromeu reconhece “ter havido irregularidades”.

Mesmo perante recorrentes notícias de violações da lei nos referidos municípios, não foi convocada sequer uma sessão da Comissão Nacional de Eleições para, em tempo útil, agir. Passaram 13 dias após a realização das eleições, não houve sequer intervenção de nível central e, só hoje, é que estamos reunidos no âmbito do apuramento geral.

Perante estes factos, não subscrevo os resultados do apuramento geral referentes aos municípios de Moatize, Monapo, Alto Molocué, Marromeu.

6. Não é por falta de lei que não agimos. A CNE tem ou tinha instrumentos legais para travar algum activismo militante visível em certos Directores/Presidentes dos órgãos eleitorais de nível inferior.

7. Tivemos casos em que a lei não foi cumprida no que diz respeito a necessidade dos resultados serem anunciados no prazo máximo de três dias. Há casos de Comissões Eleitorais que anunciaram resultados apenas no quarto dia!

8. Tivemos situações dos mandatários dos partidos políticos que não receberam convites formais para estar presentes na sessão de apuramento intermédio, em flagrante violação do disposto no n.º 3 do artigo 110 da lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto.

Trata-se de uma situação de enorme gravidade que acabou por prejudicar os partidos que desejassem recorrer aos tribunais, porquanto, as suas petições foram liminarmente indeferidas por não terem reclamado na sessão de apuramento intermédio, embora o meu entendimento é de que condicionar o acesso ao tribunal à necessidade da apresentação de uma reclamação ofende o disposto no artigo 70 da Constituição da República que consagra o direito aos cidadãos para recorrer aos tribunais contra actos que violem os seus direitos e interesses reconhecidos pela Constituição e pela lei.

CONCLUINDO

As presentes eleições, mais uma vez, demonstram que a existência de uma Comissão Nacional de Eleições, funcionando em paralelo com um Secretariado Técnico de Administração Eleitoral materialmente independente do órgão que legalmente se subordina é uma fonte de conflitos e interpretações dúbias das atribuições de cada órgão.

Olhando para o direito comparado na nossa região, notamos que Moçambique é o único país que possui dois órgãos de administração eleitoral.

Cabe, obviamente, a quem tem competências para o efeito, reflectir sobre as vantagens políticas e económicas do actual modelo dos órgãos eleitorais caracterizado por uma estrutura muito pesada, burocrática e excessivamente partidarizada.

Os actuais órgãos eleitorais funcionam como uma réplica das bancadas da Assembleia da República. Este modelo de funcionamento ofende o artigo 135 da Constituição da República, conjugado com o n.º 3 do artigo 3 da lei n.º 30/2014, de 26 de Setembro que determina que os membros da CNE (incluindo seus órgãos de apoio), no exercício das suas funções, não representam as organizações políticas ou sociais da sua proveniência, defendem o interesse nacional, obedecendo os ditames da lei e da sua consciência.

Não menos importante é a necessidade de ser feita uma reflexão em torno do processo de recrutamento dos dirigentes e técnicos dos órgãos eleitorais a nível provincial e distrital.

Actualmente, a maior parte dos técnicos e dirigentes dos órgãos eleitorais nos Distritos são quadros do sector da educação ou funcionários do governo Distrital, facto que pode minar a sua independência e imparcialidade, tendo em conta que são contratados pelos órgãos eleitorais para trabalhar por um período de dois anos. Findo o processo eleitoral, retornam para os seus sectores. Perante este quadro, pode haver espaços para interferências e pressões indevidas por parte dos seus superiores hierárquicos dos sectores da sua proveniência.

Devemos, portanto, reflectir sobre a necessidade de implantar órgãos de gestão eleitoral permanentes e profissionais nos níveis provincial e distrital. O processo eleitoral não se resume a educação cívica e votação e nem termina com a publicação de resultados. É um processo permanente e que exige profissionalismo e não cor partidária.

As constatações aqui referidas, são um contributo para o necessário debate que irá se impôr após a validação e proclamação dos resultados eleitorais.

Precisamos visitar todo o edifício eleitoral e melhorá-lo cada vez mais. Integrei os órgãos eleitorais em 2014 e, ao longo destes 4 anos, pude verificar que os órgãos eleitorais não são apenas fonte de conflitos ou abrigo de pessoas mal intencionadas. Existe um tesouro, tanto na CNE, assim como no STAE, de quadros verdadeiramente comprometidos com o serviço público, transparência e justiça eleitoral.

É sobre estes que penso e presto uma justa homenagem pelo profissionalismo, entrega e patriotismo que vem demonstrando ao longo destes 24 anos de eleições multipartidárias em Moçambique, mesmo diante das incompreensões e óbvias dificuldades de meios materiais e humanos de que enfermam os órgãos eleitorais a todos os níveis.

Por eleições livres, justas e transparentes.

Por José Belmiro

Vogal da CNE

*Título da responsabilidade do @Verdade

→ continuação Pag. 11 - Se a vontade popular nas urnas é inútil, “nunca teremos paz, nem daqui a 500 anos”, segundo o coordenador da Renamo

o voto depositado na urna (...)” pelo povo.

Na perspectiva da fonte, sarar as feridas significa “cavar e arranjar as raízes das fraudes eleitorais, haver eleições, justas, livres, transparentes e creíveis”.

Não se pode falar da paz e do bem-estar do povo enquanto prevalecerem os conflitos pós-eleitorais, disse o coordenador da Renamo, reiterando que “se assim for, nunca teremos a paz, nem daqui a 500 anos”, tem-

po durante o qual Moçambique esteve sob dominação colonial estrangeira.

Contrariamente às informações postas a circular, sobre a suposta interrupção das negociações com o Governo, José Manteigas, porta-voz da Renamo, assegurou a jornalistas que as conversações estão em curso.

Ele fez estes pronunciamentos na quinta-feira (25), em Maputo, após uma teleconferência entre a imprensa e o líder interino do

seu partido.

Porém, as falcatruas de que o partido se queixa “são um revés que pode influenciar” o processo “de forma negativa. Até aqui estamos em negociações, mas sentimos” que há “sobressaltos que podem criar rupturas” entre as partes, disse o deputado parlamentar.

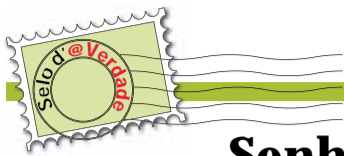
Ossufo Momade recordou, num outro desenvolvimento, que no dia 13 deste mês manifestou a sua preocupação e do

partido que dirige, em torno do “silêncio cúmplice” do Chefe do Estado, das organizações da sociedade civil e da comunidade internacional, “em relação às graves irregularidades que mancharam as eleições de 10 de Outubro”.

Mas, apesar do seu vigoroso apelo para a reposição da “verdade eleitoral”, continua a assistir a alegadas “manobras que visam pôr em causa a vontade popular expressa nas urnas”.

Ele classificou a situação como uma tentativa de manietar a jovem democracia. Lamentou, de seguida, o facto de o país estar a mergulhar em conflitos de eleição a eleição.

“É estranho como a CNE, órgão que dirige e coordena os processos eleitorais, de forma leviana usou a ditadura de voto” para atribuir vitória à Frelimo, sem para o efeito “socorrer-se de actas e editais provenientes das autarquias”, afirmou Momade.



Senhor Presidente Filipe Nyusi, que armas tem para erradicar a tuberculose no nosso país até 2030?

Senhor Presidente Filipe Nyusi, li com grande satisfação e alegria as suas declarações ao Jornal Notícias, referindo que ia conseguir erradicar a tuberculose no nosso país até 2030. Isto é uma tarefa espantosa. Espero que o Ministério da Saúde (MISAU) esteja preparado para levá-la a cabo!

Que novas armas foram postas à disposição do nosso país, pelas Nações Unidas e o seu braço sanitário a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)? Têm de ser armas potentes que até uns dias antes da sua ida à Assembleia Mundial de Saúde não existiam.

Será uma nova vacina que consiga evitar todos os casos de tuberculose e não apenas prevenir as formas graves de disseminação hematogénea do bacilo? É o que faz o BCG que apenas evita a meningite tuberculosa, a granuloma (tuberculose gravíssima que abrange todos os lobos de ambos os pulmões) e a peritonite tuberculosa?

A administração do BCG à nascença não diminui um único novo caso de tuberculose ou seja não tem qualquer influência na incidência da doença. Há mais de 50 anos que se estuda isto na Índia e os resultados são esses. Terão sido descobertos novos fármacos com efeitos fan-

tásticos sobre a doença!?

Os números que o Senhor Presidente apresenta da situação actual da incidência (novos casos por 100.000 habitantes por ano) ou de prevalência (número total de casos de tuberculose por 100.000 habitantes por ano) são assustadores.

A incidência actual é 551 novos casos por 100.000 habitantes.

Vamos agora calcular a prevalência com base nos dados que o Senhor Presidente forneceu ao Notícias: cerca de 159.000 pessoas infectadas. Se o país tiver 28.000.000 habitantes com uma regra de 3 simples chegamos à conclusão de que a prevalência será de 611,5 casos de tuberculose em tratamento por cada 100.000 habitantes ao fim de cada ano. O que significa que a prevalência é 1,098 vezes a incidência o que é um valor inacreditavelmente baixo.

A prevalência não deve ultrapassar o dobro da incidência, mas geralmente anda por valores 50% acima da incidência. Apresenta outros valores de incidência que eu calculei a partir do número de casos diagnosticados que deu ao Notícias e que são os seguintes: 2013 - 203,8/100.000 habitantes; 2017 - tem 2 valores 285,71 e 310,7/100.000 habitantes; 2018 - 392,85/100.000 habitantes.

Tentei contactar telefonicamente com o Dr. Ivan Manhiça, chefe do Programa de Luta Contra a Tuberculose, mas não consegui efectuar a ligação. Pretendia que ele me dissesse que novas armas temos no combate a esta doença, quer para o diagnóstico, quer para o tratamento. E dizer de que o livro de que lhe falei, editado pela OMS, da autoria do Dr. K. Toman, tem como subtítulo QUESTIONS AND ANSWERS (em inglês: perguntas e respostas).

Não queria estar na pele do Senhor Presidente com esta meta de erradicar a tuberculose até 2030. Até julguei que estava a ler mal e se tratava de 3030! E mesmo assim seria difícil de cumprir a meta dada a existência simultânea da infecção pelo HIV. Destes infectados pelo HIV há 75.000 que abandonaram o tratamento com anti-retrovirais e há além disso 350.000 crianças também infectadas pelo HIV e que os pais não os levam aos centros de saúde para tomarem os anti-retrovirais (ARN).

Estes dados foram fornecidos pelo MISAU há já alguns meses pelo que devem estar desactualizados (devem ser mais!). É óbvio que uma grande parte destes infectados com o HIV sem tratamento com ARV vão ser infectados pelo bacilo de Koch e terão tuberculose. Costumo dizer que, no nosso país, para apanhar tu-

berculose, basta apanhar um chapa numa hora de ponta!

Não fui ao MISAU para falar pessoalmente com o Dr. Ivan Manhiça porque ainda tenho dificuldades de locomoção em virtude de uma fractura do colo do fémur esquerdo, agora com prótese. Gostaria que ele me telefonasse a contar como pretende cumprir a meta. Pura curiosidade!

Vou-lhe contar, meu caro Senhor Filipe Nyusi, que houve um Chefe de Estado que conseguiu erradicar a tuberculose no seu país (o Camboja, agora Myanmar), chamava-se Pol Pot e não precisou de tanto tempo: fuzilou todos os tuberculosos do país sem excepções, alegando que eram improdutivos. E não foram só eles, os leprosos tiveram o mesmo destino.

Dos 3000 médicos que havia no país só escaparam 60 que conseguiram fugir de lá a tempo e, foi um destes que me contou a história de Pol Pot durante um curso de Saúde Pública na Nordic School of Public Health, na Suécia que frequentamos.

Com os meus respeitosos cumprimentos

Por José Maria de Igrejas Campos

Médico especialista em saúde pública

Sociedade

Candidato da Frelimo acometido pelos nervos e ameaça espancar jornalista da Zitamar em Tete

O cabeça-de-lista da Frelimo no município de Moatize, na província de Tete, Carlos Portimão, ameaça "caçar" o jornalista e correspondente da Zitamar News naquela parcela do país, Fungai Caetano, e agredi-lo fisicamente. Ele, aparentemente endiabrado, dirigiu insultos deveras ultrajantes contra a vítima, supostamente por ter multiplicado, numa rede social, uma notícia que o indicia de ter agredido fisicamente o director distrital do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Júlio Baulene.

Na verdade, a notícia de que Carlos Portimão se queixa e pretendia abafar, foi publicada recentemente por um órgão de comunicação, a partir de uma outra informação publicada em primeira mão pelo Canal de Moçambique.

Qual leigo e agindo às cegas, o actual edil de Moatize não tomou em conta esse aspecto e atirou-se, telefonicamente, contra Fungai Caetano, sem se interessar em aprofundar a origem do facto.

"O que você publicou sobre o director do STAE, no Facebook, não gostei (...). Eu vou te dar porrada de verdade. Você não me conhece (...)", afirmou Carlos Portimão.

Fungai Caetano defendeu-se alegando que apenas partilhou a in-

formação. "Não fui eu quem publicou, apenas partilhei".

As justificações foram em vão, visto que Portimão, também conhecido nos meandros da corrupção em Moatize, de Setembro de 2013, insistia: "Não gosto de brincadeiras. Você publicou. Tenho aqui. Posso ler agora. Eu vou te dar porrada de verdade. Você não me conhece. Você não pode brincar comigo, ouviu?".

O que se seguiu a essas ameaças foram autênticos insultos de bradar aos céus.

No dia em que Portimão violentou Júlio Baulene, este encontrava-se a acompanhar o apuramento parcial dos resultados da votação, na madrugada do dia 11 de Outubro

em curso.

Na altura, porque os dados apontavam para a vitória da Renamo em Moatize, Portimão acusou Baulene de não ter movido uma palha sequer para ajudar a Frelimo a vencer o escrutínio. Porém, da madrugada para o dia, os resultados passaram a favorecer a Frelimo.

Portimão, amante irrestrito de festas e ex-um agente da Polícia de Trânsito em Moatize, é conhecido por não ter modos e gostar de se fazer passar por pistoleiro.

Em Setembro de 2013, quando era candidato à presidência do município de Moatize, o visado foi detido, acusado de tentativa de suborno à Procuradora Distrital, Ivania Mussaggy, pelo valor de cinco mil meticais.

Ele recorreu à magistrada para perceber os contornos da detenção do seu sobrinho, que, apesar de concedida a liberdade condicional, permanecia nas celas da Polícia.

Na circunstância e já no gabinete de Ivania, Portimão confundiu o facto de eles serem "camaradas" e quissuborná-la. Ivania recebeu o valor e chamou a Polícia, à qual deu ordens para que prendesse o corrupto em flagrante delito.

Portimão foi julgado - por cerca de sei horas - e condenado no mesmo dia a três meses de prisão convertidos em multa. De seguida, foi restituído à liberdade e concretizou a sua aspiração de ser edil de Moatize. E está aí a exalar fel contra tudo e todos que vão contra o que parece estar fora da lei.

Pergunta à Tina...

Olá, Tina. Quando durmo com minha dama, eu não apanho sono quero transar com ela de hora em hora. Será doença? Brito

Olá, Brito. Realmente, não é normal o que está a acontecer contigo. Mas para entender melhor, seria importante saber a tua idade, há quanto tempo isso acontece, se acontecia também com outras parceiras, etc.

Parece-me que é recomendável conversares com um psicólogo que te poderá ajudar e eventualmente receitar algum medicamento.

Boa sorte!

Olá, Tina eu sou um jovem de 38 anos, casado e trabalho longe da minha esposa. Estive com ela há uma semana, durante duas semanas, e praticámos sexo. Alguns dias depois, regressé ao meu posto de trabalho e ela me ligou dizendo que estava a sentir dores no útero, ao que lhe recomendei ir ao hospital. Ela foi e constataram que tinha ITS. Ligou-me violentamente, dizendo que eu lhe tinha transmitido tal doença, mas eu não estou me queixando de nada e não costumo sair fora. Que será isso? Henrique

Olá, Henrique. Realmente se não tiveste relações sexuais com outra pessoa, não admira que estejas surpreendido.

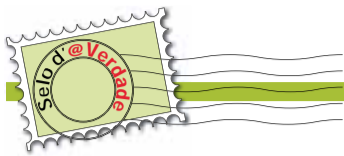
Mas tens que saber que as Infecções de Transmissão Sexual (ITS) surpreendem muitas vezes.

Primeiro, o facto de não te queixares de nada, não significa que não tenhas a mesma ITS que a tua esposa. Podes muito bem ter a ITS e ela ainda não se ter manifestado. E até pode acontecer que a tua infecção não venha a dar sintomas, mesmo ao fim de anos. É muito frequente que um dos parceiros tenha sintomas de uma ITS e o outro parceiro não tenha.

Segundo, pela mesma razão, pode acontecer que a tua esposa tenha essa infecção há muito tempo, até mesmo anos, e só agora ela se ter manifestado por qualquer razão, que poderá ser por exemplo uma redução da sua imunidade, das defesas naturais do seu corpo. Até acontece que há pessoas que não têm sexo há anos, e de repente aparecem com uma ITS. A infecção estava presente, sem dar sintomas, e por qualquer circunstância, manifestou-se.

Por último, até pode acontecer que o diagnóstico feito no hospital esteja errado. E de facto, se a queixa da tua esposa eram dores no útero, não é fácil diagnosticar uma ITS sem fazer também um exame ginecológico, o qual normalmente só é feito em consultas de especialidade.

Nunca é demais repetir que o uso consistente da camisinha durante as relações sexuais evita todos estes problemas e possíveis mal entendidos entre casais.



Polos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de Nacala-Porto*

Moçambique revelou, principalmente na última década, ser um destino de investimentos, públicos e privados, para diferentes sectores da economia.

O Governo de Moçambique criou as Zonas Económicas Especiais (ZEEs), como uma das estratégias de desenvolvimento em determinadas zonas do país. Uma ZEE pode coincidir, no espaço, com um polo de desenvolvimento. As ZEEs beneficiam de incentivos, tais como, a isenção de direitos aduaneiros na importação de materiais de construção, máquinas e equipamentos destinados à prossecução de actividades de empresas licenciadas.

No Corredor de Nacala, o investimento da Vale e da empresa pública Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM) contribuiu para a promoção do distrito de Nacala-Porto como uma Zona Económica Especial pelo Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GA-ZEDA), a ZEE de Nacala (ZEEN). Um polo pode não ser abrangido por políticas específicas a serem aplicadas num determinado território delimitado, mas que, por razões específicas (por exemplo, recursos naturais), existe um desenvolvimento mais acentuado. Por exemplo, a zona de exploração de carvão em Tete pode ser considerado um polo mas não constitui uma ZEE.

A ZEE de Nacala foi a primeira a ser criada no país, em 2007, ocupando uma área total de 1.307 quilómetros quadrados distribuídos pelos distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha. De facto, a localização de Nacala confere-lhe diversas oportunidades para que possa ter uma economia dinâmica. As condições naturais possibilitam a existência de um porto de águas profundas, ser o ponto terminal do eixo de transporte que liga aos países do hinterland e a proximidade dos grandes e crescentes mercados do Sul da Ásia, constituem razões que fundamentaram a criação do polo de desenvolvimento económico e social.

Neste contexto, de acordo com a informação disponibilizada pelo Governo distrital de Moma, foram criadas no corredor de Nacala diversas empresas, entre grandes, médias e pequenas. Desde a criação da ZEEN até 2015, foram aprovados investimentos ao longo do corredor de Nacala, num total de USD 1,2 mil milhões, destinados a diversos sectores (financeiro, agro-negócio, exploração mineira, turismo, entre outros) e mais 500 milhões de dólares para investimentos públicos em infra-estruturas (renovação do porto, linha férrea, aeroporto, entre outros).

Embora se tenham verificado elevados fluxos de investimen-

to, não só em Nacala, os indicadores internacionais de competitividade económica e clima de negócios posicionam Moçambique nos lugares baixos destes indicadores. Na publicação do Banco Mundial/IFC de 2017, Doing Business Indicators, Moçambique ocupa o 137º lugar entre 190 países. O Global Competitiveness Report 2016-2017, do Fórum Económico Mundial, coloca o país em 133º lugar entre 138 países em termos de competitividade económica.

Segundo o relatório do Banco Mundial (2010), identificaram-se os sectores agro-industriais, mineração e turismo, como os que possuíam maior potencialidade para o crescimento económico e redução da pobreza em Nampula e em Nacala. As infra-estruturas do corredor de Nacala beneficiam os investimentos na mineração e nas infra-estruturas de Tete. Não obstante, estes investimentos ainda não contribuem para a melhoria dos rendimentos dos agregados familiares; o mais recente Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) de 2014/2015 indica que os níveis de pobreza continuam elevados (57%), superiores ao anterior IOF 2008/2009 (51%).

Para analisar a dinâmica do crescimento e desenvolvimento económico de um local, recorreu-se às teorias da economia

regional relacionadas com os polos de crescimento e desenvolvimento económico. Diversos autores, desde a década de 1950, procuraram explicar as diferentes formas de crescimento e/ou desenvolvimento económico regional (Myrdal, 1957; Hirschman, 1958; Perroux 1955).

Perroux assume a responsabilidade pioneira do seu estudo afirmando que o crescimento económico não se manifesta de forma simétrica, mas em certas zonas designadas por polos de crescimento:

“O crescimento económico não surge em toda parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (Perroux, 1967:164).

A pesquisa tem como objectivos: (1) estudar as dinâmicas económicas e sociais de Nacala como polo de crescimento, a fim de compreender como os fluxos de investimento alocado têm contribuído para o desenvolvimento dos pequenos produtores agrícolas e das empresas; (2) verificar as repercussões sobre o rendimento, o nível de vida dos agregados familiares e se aconteceram transformações na estrutura produtiva; (3) identi-

ficar a formação de um polo de crescimento e as respectivas relações intersectoriais (cluster); (4) verificar o papel do Estado na ZEE de Nacala.

Decorrente do trabalho, saber-se-á se Nacala-Porto configura um polo de crescimento. O trabalho de pesquisa tem como hipóteses: H (0) Não surgiu um polo de crescimento e clusters em Nacala-Porto; e, H (1) Surgiu um polo de crescimento e clusters em Nacala-Porto.

Presente trabalho é composto por 6 capítulos. O primeiro, apresenta uma breve introdução do trabalho. O segundo, estabelece o quadro contextual – características socioeconómicas e a questão agrária e da pequena produção camponesa em Nacala-Porto. No terceiro, é apresentada uma revisão da literatura das abordagens teóricas consideradas relevantes para o estudo. No quarto, descreve-se a metodologia empírica do estudo. No quinto capítulo são apresentados e discutidos os resultados. Finalmente, no sexto capítulo apresentam-se as principais conclusões do estudo.

Por Por Yasser Arafat Dadá e Yara Nova

* Texto completo poderá baixar na página web do Observatório do Meio Rural pelo link: <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-67-polos-de-crescimento-e-os-efeitos-sobre-a-pequena-producao-o-caso-de-nacala-porto/>

Sociedade

Técnicas de produção de hortícolas em Tete e Maputo: 1200 jovens desempregados vão ser formados

Mais de 1200 jovens desempregados ou economicamente desfavorecidos da cidade e província de Maputo e Tete vão beneficiar, até 2020, de um programa de formação e transferência de técnicas de produção de hortícolas com recurso à hidroponia e construção, implementado pela Gapi, em parceria com a International Youth Foundation (IYF) e financiado pela MasterCard Foundation.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Denominado “VIA: Rotas para o Trabalho”, o programa tem como principal objectivo atrair jovens para a empregabilidade e para o empreendedorismo nas áreas do agro-negócio e construção, bem como assegurar que estes criem e desenvolvam negócios sustentáveis.

O programa, que vai abranger jovens com idades compreendidas entre os 16 e 24 anos, com ou sem formação académica, foi lançado na segunda-feira, 22 de Outubro, no bairro das Mahotas, no Distrito Municipal KaMavota, cidade de Maputo, onde a Gapi montou dois campos de demonstração com sistemas de hidroponia.

Rui Amaral, coordenador da Unidade de Género e Juventude da Gapi, explicou que “o que se pretende com este programa é incentivar os jovens a apostarem na produção de hortícolas, aplicando tecnologias novas para facilitar o seu trabalho. Esperamos que os jovens melhorem os seus rendimentos e que, no fim, criem os seus projectos ou estufas com o sistema de hidroponia”. Amaral, acrescentou que o programa será implementado também

nos distritos de Marracuene (Bobole) e Namaacha (Mafuiane).

Neste momento, de acordo com o coordenador da Unidade de Género e Juventude do Gapi, está na fase final a concepção da segunda componente do programa (construção), que será implementado na província de Tete.

Paralelamente, “estamos a criar um fundo para que os jovens beneficiários de ambas as componentes (produção de hortícolas e construção) tenham acesso a um crédito bonificado para poderem criar os seus próprios projectos”.

Por seu turno, Tomás Rafael, presidente da Associação de Produtores Massacre de Mbu-zine, onde está a ser implementado o projecto, considerou, na ocasião, que o programa “VIA: Rotas para o Trabalho” constitui uma oportunidade para os jovens aprenderem a produzir com recurso a tecnologias e técnicas inovadoras.

“É mais um incentivo para os jovens porque, por exemplo, esta técnica (hidroponia) não



requer muita força humana e isso facilita a sua integração. É diferente de fazer uma machamba em campo aberto”, disse Tomás Rafael, para quem o programa devia beneficiar mais associações da cidade de Maputo e do País, pois “também precisam de aprender a usar estas técnicas”.

“Sentimo-nos privilegiados por termos sido os primeiros beneficiários e encorajamos os jovens a abraçarem o projecto porque eles saem a ganhar. Os que estudam já podem comprar material escolar” afirmou o presidente da Associação de Produtores Massacre

de Mbu-zine.

Sebastião Júlio, de 17 anos de idade, é um dos beneficiários e disse ter sido convidado e fazer parte do projecto em Maio deste ano, sendo que de lá a esta parte “consegui aprender muita coisa”.

“Quando cheguei não entendia nada desta técnica mas fui aprendendo com o tempo. Hoje sei como manter as plantas e produzir diversas hortícolas usando esta técnica”, garantiu Sebastião Júlio, que tem o sonho de criar a sua própria estufa.

Este programa, enquadra-se no Juve-Inova, uma plataforma nacional que prepara a juventude a contribuir para um desenvolvimento sustentável e inclusivo de Moçambique. O Juve-Inova, que além do Via já desenvolve o Agro-Jovem, é implementado em conjunto com uma rede de parceiros com competências comprovadas para identificar, seleccionar e prestar assistência técnica multiforme a jovens que revelem capacidades e empenho na criação e/ou expansão de pequenos negócios.



Boqueirão da Verdade

“Há dias dirigi-me a uma farmácia em busca de fármacos que tinham-me sido prescritos pelos médicos, em razão de algumas disparidades no meu esqueleto. Não foi fácil encontrar tais medicamentos, tal como, uma vez encontrados, não foi fácil a sua compra devido ao elevadíssimo valor que me era solicitado, logo, em período de algibeira furada. Porém, tal como apregoa o Ministério da Saúde, o nosso maior valor é a vida e, por isso, acabei expelindo tais quantias em troca dos remédios. Satisfeito com a aquisição, contei ao técnico farmacêutico sobre os caminhos sinuosos que percorreria à procura de tais remédios”, **Salomão Muiambo**

“No diálogo como o técnico, achei interessante a sua pergunta sobre o que eu achava acerca da proliferação de farmácias pelos bairros, quarteirões e ruas como se de cogumelos se tratasse. Só na minha zona existem por aí cinco farmácias. Em resposta disse-lhe que tal facto era positivo no sentido de aproximar os serviços de utilidade pública ao cidadão. Todavia, mostrei-lhe algumas reservas sobre a qualidade de serviços prestados por algumas dessas farmácias. Será que o seu funcionamento obedece aos critérios estabelecidos para tal efeito?”, **idem**

“Digo isto a partir das condições de conservação dos próprios fármacos, passando pelos

agentes que lá funcionam, se serão efectivamente, profissionais da área ou simples curiosos, até mesmo se estão lá para responder às necessidades dos cidadãos ou se procuram quaisquer oportunidades de negócio. É que algumas dessas farmácias empregam indivíduos, alguns dos quais estrangeiros, que pouco ou nada entendem sobre a língua portuguesa, para não falar do changana, ronga, chope ou qualquer outra geralmente falada a nível local. O diálogo entre tais agentes de farmácia e os clientes restringe-se apenas ao nível da receita médica e ponto final”, **idem**

“Tudo indica que a Frelimo não quer que haja eleições em Moçambique. Quer governar roubando os votos que o povo deu a RENAMO e aos outros partidos da oposição. Que democracia é essa? As recentes eleições autárquicas tiveram demasiadas irregularidades, pelo que ninguém em sã consciência pode afirmar que foram livres, justas, transparentes ou creíveis. Uma eleição com perda de vidas humanas, com violência policial, com resultados diferentes para a mesma cidade, com roubo de urnas pela polícia jamais será livre, justa, transparente e muito menos creível”, **Ivone Soares**

“A despartidarização do Estado é urgente e deve ser prioritária para os moçambicanos como a RENAMO sempre exigiu. As

quintas eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro de 2018 confirmaram, mais uma vez, as frequentes denúncias feitas pela RENAMO sobre a partidização do Estado moçambicano. A grande farsa eleitoral é prova inequívoca de que o Estado moçambicano está capturado pelo partido Frelimo. Houve flagrantes da tentativas de a Frelimo subverter a vontade popular e soberana de eleger os seus representantes”, **idem**

“As eleições autárquicas de 10 de Outubro de 2018 provaram que a Frelimo acabou! A Frelimo está em fase de implosão como demonstrou o caso de Samora Machel Júnior. A Frelimo sempre roubou os votos da RENAMO para se manter no poder. Mas os moçambicanos de hoje não são os mesmos de 1975. Hoje o povo, incluindo os membros da Frelimo querem se ver livres deste regime com o qual poucos se identificam”, **idem**

“Estas foram as eleições mais participadas de sempre e as que registaram menos casos de violência. Constituem um passo importante para a paz e estabilidade no nosso país. Saudamos os órgãos eleitorais, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, a todos os níveis, pelo seu empenho e profissionalismo. Souberam gerir o processo eleitoral garantindo que este ocorresse dentro dos

parâmetros legalmente previstos”, **Filipe Nyusi**

“Os meios de comunicação jogaram um papel importante, levando ao conhecimento do público notícias e reportagens, não só o decurso do pleito eleitoral como também mobilizaram os cidadãos a manterem um comportamento pacífico”, **idem**

“Saúdo a Polícia da República de Moçambique por ter sabido manter a ordem e a segurança, e por ter impedido nalguns casos a ocorrência de actos de violência protegendo o cidadão sempre que estivesse em risco sem olhar para a cor partidária ou grupo de eleitores”, **idem**

“Não queremos guerra mas também não admitimos nem aceitamos qualquer tentativa de pôr em causa a vontade popular. Se este voto popular não for respeitado, a Renamo vai romper com as negociações e as consequências que daí advirem serão da inteira responsabilidade do Presidente da República e do partido Frelimo”, **Ossufo Momade**

“A Renamo não vai permitir que os problemas havidos nestas últimas eleições autárquicas passem sem a devida solução. Nós ganhamos e por isso queremos governar! A soberania reside no povo e não pode haver maior nem melhor juiz do que o povo. A vontade do povo deve ser respeitada. A Renamo vai gover-

nar!”, **idem**

“Em condições adversas, e tipicamente da nossa realidade, os munícipes falaram, expressaram e decidiram nas urnas no passado dia 10 de Outubro. Em algum momento os agentes da segurança e ordem pública transformaram-se em actores do processo e parte mais interessada do que os próprios concorrentes, violando todos princípios de eleições livres e justas; e a sua nobre missão de garantir a ordem e proteger os cidadãos”, **Lutero Simango**

“Os nossos cabeças de listas e os candidatos do MDM fizeram o seu máximo para atrair a simpatia, confiança e o voto do eleitorado numa situação em que o quarto poder foi manipulado para desacreditar o MDM, quer antes e durante o período eleitoral; e as incursões de ordem política foram direccionadas para desestabilizar a estrutura funcional do MDM”, **idem**

“Temos a certeza de que nas cidades governadas pelo MDM nos mandatos ora a terminar, nomeadamente Nampula, Quelimane e Gúrué, dificilmente se apagarão as marcas do MDM. Vimos o STAE a equipar-se no campo da batalha eleitoral em vez de assegurar a fiabilidade do manuseamento dos editais produzidos nas mesas de votação, de acordo com a escolha dos eleitores”, **idem**

Sociedade

Apoio do Work 4 Progress (W4P): Produtores agrícolas vão beneficiar de um fundo de garantia para comercialização dos seus produtos

Os produtores agrícolas e pequenos empreendedores da província de Cabo Delgado poderão beneficiar, em breve, de um fundo de garantia e um mercado grossista local para a comercialização dos seus produtos, no âmbito da implementação do programa Work 4 Progress (W4P), promovido pela Fundação la Caixa e a ser liderado, em Moçambique, pela Fundação Ayuda en Acción.

O programa W4P foi apresentado, na quinta-feira, 18 de Outubro, em Maputo, na jornada pública intitulada “O emprego que queremos – Inovação social em Moçambique”, promovida pela FUNDE-Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (da Universidade Politécnica) e a fundações espanholas “la Caixa” e “Ayuda en Acción”.

O W4P é pioneiro na Índia, Moçambique e Peru e visa impulsionar plataformas integradas de desenvolvimento público-privado, para o fomento do emprego de qualidade entre mulheres e jovens vulneráveis.

De acordo com Jaime Diaz, coordenador do W4P em Moçambique, a implementação deste programa, em Cabo Delgado, iniciou em Março, com a auscultação dos potenciais beneficiários.

“Neste momento, estamos a implementar a segunda fase, que consiste na criação de protótipos, com diferentes actores, como o sector privado e a

universidade para decidirmos que esboço de protótipos serão feitos e posteriormente executados”, explicou.

Os protótipos já esboçados, conforme indicou Jaime Diaz, incidem sobre a horticultura, produção de grãos e ainda o trabalho com mulheres e jovens, visando a inserção laboral e desenvolvimento de microempreendimentos, para a geração de renda.

“Temos ainda dois protótipos que ainda não foram aprovados, mas que achámo-los interessantes, como são a criação de um mercado grossista local, para a venda de produtos agrícolas e a constituição de um fundo de garantia, para assistir aos produtores e microempreendedores”, frisou.

Para o reitor da Universidade Politécnica, Narciso Matos, a jornada pública representou um passo de um processo de colaboração entre a FUNDE e as fundações espanholas.

“Esperamos que dentro dos próxi-



mos cinco anos, o W4P seja piloto, melhorado e replicado em outras partes do País”, disse Narciso Matos, acrescentando que “a jornada foi um exercício importante de auscultação, com vista a iniciarmos o processo de planificação, tendo em consideração a noção de que é preciso atender às percepções sobre os problemas por parte de quem os vive e daí encontrar soluções, sem ter a ilusão de que existem soluções definitivas”.

Satisfeita com o nível de adesão, Rosânia da Silva, directora Executiva da FUNDE, considerou que o princi-

pal objectivo da jornada era lançar publicamente o W4P, para dar a conhecer ao Governo, sectores público e privado e a sociedade civil, em geral, a existência do programa, sua importância, organização, conceito da plataforma e como funciona.

“Os debates ajudaram a plataforma a obter mais subsídios sobre a forma de trabalhar e entender melhor as visões dos sectores público e privado sobre o emprego rural e urbano, sobretudo para jovens e mulheres, e, acima de tudo, a necessidade de se discutir a relação emprego/trabalho,

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

referenciada pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, na sessão de abertura.

Por sua vez, Marta Salsona, da área internacional da Fundação la Caixa, explicou que o W4P representa uma nova maneira de trabalhar para promover o emprego e a inovação em Cabo Delgado.

Com este programa, segundo destacou Marta Salsona, prevê-se que mulheres e jovens de Cabo Delgado melhorem as suas condições de vida, com a criação de novos empregos e profissionalização dos camponeses, que trabalham por conta própria, bem como a promoção da cultura de colaboração entre as organizações da sociedade civil, dos sectores privado e público e da academia naquela província.

“Acreditamos que se criarmos uma plataforma de colaboração entre estes actores, o nosso programa terá êxito, gerando muitas oportunidades para a população de Cabo Delgado”, concluiu.

Alemanha desafia aliados a suspender venda de armas à Arábia Saudita

A Alemanha quer que outros países da União Europeia suspendam a venda de armas à Arábia Saudita enquanto não estiver totalmente esclarecido o desaparecimento de um jornalista no consulado do país em Istambul, onde entrou para obter um documento, e de onde não saiu, há mais de três semanas.

Texto: Público de Portugal

O Governo de Berlim já tinha anunciado, no início do ano, que não venderia armas a Riad por temer que fossem usadas na guerra no Iémen, onde todos os envolvidos no conflito, incluindo as forças da Arábia Saudita são acusadas de potenciais crimes de guerra. Mas recuou e o Governo acabou por, no mês passado, assinar um contrato de 416 milhões de euros de venda de material militar para a Arábia Saudita.

O ministro da Economia da Alemanha, Peter Altmaier, disse que seria muito importante ter uma posição europeia conjunta. Os países europeus que mais exportam armas para a Arábia Saudita são o Reino Unido e França. Estes têm-se juntado a Berlim em declarações duras de pedido que se esclareça o que aconteceu ao jornalista, mas não parecem interessados em suspender a venda de armas.

No Reino Unido há uma acção judicial de uma organização não-governamental para impedir vendas de armas por causa do seu potencial uso em crimes de guerra no Iémen; em Itália outra acção por potencial uso de uma arma exportada por Roma num ataque que visou civis também durante a guerra no país.

No entanto, em termos comparativos, as vendas de países europeus são substancialmente menores do que as dos Estados Unidos – os EUA são o maior exportador de armas do mundo, e o seu maior cliente é a Arábia Saudita.

Segundo dados do grupo de monitorização Stockholm International Peace Research Institute, que usa um índice indicador da capacidade militar das armas (a que chamavam TIV, trend indicator value) e não do seu valor financeiro, nos dois últimos anos os Estados Unidos

venderam o equivalente a 5221 TIV à Arábia Saudita, enquanto o Reino Unido se ficou pelos 1279 TIV, e se seguem Itália com 136 e quase a par França e Alemanha com 117 e 118, respectivamente.

Nos EUA, o Presidente, Donald Trump, afirmou que não via razão para suspender os acordos de venda de armas, mas no Congresso têm-se levantado vozes para o fazer.

Um duplo aponta premeditação

A Turquia voltou a falar do homicídio do jornalista Jamal Khashoggi, com um porta-voz do AKP, o partido do Presidente, Recep Tayyip Erdogan, a dizer que o assassinio foi “planeado de modo selvático”. A última explicação de Riade, disse, equivalia a “fazer troça” da inteligência da opinião pública internacional.

As autoridades sauditas começaram por garantir que o jornalista saíra pelo seu próprio pé, e com vida, do consulado em Istambul, e que agora diz que acabou morto numa discussão e luta com agentes que o queriam levar de volta para o país. O corpo ainda não foi encontrado.

A Human Rights Watch (HRW) alertava esta segunda-feira para a tentativa do reino saudita afastar do escândalo o príncipe herdeiro e efectivo detentor do poder Mohammad bin Salman, também conhecido como MBS.

O vice-director para o Médio Oriente da HRW Michael Page disse que “usar altos funcionários como bodes expiatórios” não vai apagar os indícios que ligam a morte a MBS. Analistas com conhecimento da Arábia Saudita dizem que é impossível o líder de facto do país

não ter tido conhecimento do que aconteceu; investigadores turcos dão conta de quatro telefonemas do presumível chefe da equipa de 15 sauditas identificados a chegar a Istambul no dia da morte do jornalista e a sair a seguir ao chefe de gabinete de MBS.

Outra fonte turca mostrou à CNN imagens de um dos sauditas da equipa vestido com a roupa que o jornalista usava no dia em que foi morto, óculos de sol e uma barba falsa, e que parece mostrar o homem a sair do consulado pela porta das traseiras – eventualmente serviria para “provar” a saída do jornalista do consulado (a noiva esperou onze horas na porta principal pela sua saída).

“Não é preciso um duplo para enviar alguém para um país, ou para o interrogar”, disse o responsável turco. “Este foi um homicídio premeditado, e o corpo foi movido para fora do consulado”, disse.

Noutra frente, a conferência Future Investment Initiative, que começa esta terça-feira – também chamada “Davos do Deserto” – registou mais uma desistência de peso: a alemã Siemens, um dos principais parceiros da conferência. O antigo CEO da empresa alemã é hoje conselheiro de MBS. O actual CEO, Joe Kaeser, tinha defendido a participação na conferência, porque se não comunicasse com países nos quais há pessoas desaparecidas, “ficava em casa o tempo todo”.

Mas esta segunda-feira, Kaeser anunciou que a Siemens não participará no evento, dizendo que não pretendia condenar o regime e apenas esperava que “a verdade surja e seja feita justiça”. Comentou que nesta situação, na sua opinião, “todas as opções são erradas”.

Erdogan garante que morte de Khashoggi no consulado saudita em Istambul “foi planeada”

O Presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, garante que o jornalista saudita, Jamal Khashoggi, foi morto no consulado da Arábia Saudita em Istambul a 2 de Outubro e que no homicídio estiveram envolvidos 15 sauditas que deixaram a Turquia no dia seguinte.

Texto: Público de Portugal

“As provas sugerem que Khashoggi foi vítima de um assassinio horrível e de uma atrocidade que não pode ser encoberta”, afirmou o Presidente turco.

Num discurso no Parlamento turco, Erdogan acusou ainda as autoridades sauditas, que enviaram uma missão à Turquia para investigar conjuntamente com os turcos o que se tinha passado com o jornalista radicado nos Estados Unidos, de impedirem as autoridades locais de levarem a cabo a sua investigação.

Erdogan referiu ainda que esteve sempre em contacto com o rei Salman da Arábia Saudita. Foram já

detidas 18 pessoas no reino saudita, anunciou o Presidente turco.

“Porque é que foram dadas tantas explicações incoerentes?”, questionou Erdogan, aludindo às várias versões sobre o que aconteceu por parte do reino do deserto.

O Presidente turco deixou outras perguntas à Arábia Saudita: “Porque é que estava uma equipa composta por 15 sauditas na Turquia? Por ordens de quem? Porque é que o consulado não foi aberto aos investigadores imediatamente? Porque é que existiram tantas declarações diferentes dos sauditas? Quem é o colaborador local que se livrou do corpo

de Khashoggi? Os sauditas têm de responder a todas estas questões.” Erdogan perguntou ainda porque é que o corpo do jornalista ainda não foi encontrado.

Recep Tayyip Erdogan diz ainda que o homicídio do jornalista saudita, no dia 2 de Outubro, foi “planeado antecipadamente” e apelou a que outros países se juntem a uma investigação “imparcial” para descobrir tudo o que aconteceu.

“Eu não duvido da sinceridade do rei Salman. Dito isto, é preciso uma investigação independente. Este foi um homicídio político”, atirou ainda.

Líder de Camarões vence reeleição após 36 anos no poder apesar de denúncias de fraude

O presidente de Camarões, Paul Biya, conseguiu reeleger-se com grande vantagem, disse o Tribunal Constitucional nesta segunda-feira, ampliando um período de 36 anos no poder em meio a alegações de fraude feitas pela oposição.

Texto: Agências

A sua vitória pode ser ofuscada por uma rebelião secessionista nas regiões noroeste e sudoeste anglófonas na qual centenas já morreram em combates entre o Exército e milícias, inclusive civis. Aos 85 anos, Biya é o líder mais antigo da África subsaariana. A vitória lhe dá mais sete anos no poder e consolida seu lugar entre os governantes africanos a ficarem mais tempo no cargo. Muitos camaroneses só conheceram um presidente.

Ele obteve 71 por cento dos votos, mas candidatos opositores disseram que a eleição foi maculada pela prática de vários votos por eleitor e pela intimidação.

Na semana passada o Tribunal Constitucional rejeitou todas as 18 petições de denúncia de fraude. Os resultados oficiais desta segunda-feira mostraram Biya vencendo com larga vantagem em nove de 10 regiões, e o anúncio de seu triunfo foi recebido com salvas e gritos na Assembleia Legislativa.

Nas regiões sul e leste ele venceu com 90 por cento dos votos. Seu adversário mais próximo, Maurice Kamto, recebeu 14 por cento dos votos.

O anúncio veio após uma quinzena de tensão no país produtor de café e petróleo onde, apesar de um crescimento económico constante acima de 4 por cento ao ano desde a última eleição, a maioria vive na pobreza.

Kamto declarou sua própria vitória em 8 de outubro com base nos números de sua campanha. Nos últimos dias a polícia reprimiu marchas da oposição na cidade portuária de Douala, onde Kamto é popular.

Pelo menos 59 mortos após atropelamento de comboio na Índia

Pelo menos 59 pessoas morreram e 143 ficaram feridas num acidente ferroviário ocorrido na passada sexta-feira no norte da Índia. A tragédia aconteceu quando dois comboios atropelaram de maneira quase simultânea crentes que celebravam um festival religioso perto da linha férrea.

Texto & Foto: Agências



Segundo o último balanço após a coordenação com os hospitais, o número de vítimas está em “59 mortos e 143 feridos”, afirmou à Agência Efe Rajesh Sharma, chefe da administração do distrito de Amritsar, no estado de Punjab, onde ocorreu a tragédia.

As vítimas celebravam muito perto da ferrovia um dos momentos principais da festividade hindu de Dussehra, na qual os devotos queimam imagens do demônio Ravana e explodem fogos de artifício, por isso não perceberam a chegada do primeiro comboio.

Sharma disse à Efe que a tragédia aconteceu pelo impacto de dois trens, que atravessaram o local com poucos segundos de diferença, e anunciou a abertura de uma investigação para determinar em um mês as responsabilidades pelo acidente.

As emissoras locais de televisão mostraram imagens de como alguns devotos observavam as fogueiras na escuridão no início da noite perto das vias e próximas de uma passagem de nível quando, de repente, um comboio atravessou o lugar a grande velocidade e, pouco depois, um segundo circulou em sentido contrário.

As vítimas do acidente foram transferidas para vários hospitais de Amritsar.